convergência

MAR — 1980 — ANO XIII — N.º 130

- A ESPIRITUALIDADE DO DOCUMENTO DE PUEBLA E OS RELIGIOSOS
  Frei Almir Ribeiro Guimarães, OFM — página 74
- O DOCUMENTO DE PUEBLA E A MISSÃO APOSTÓLICA DOS RELIGIOSSOS
  Pe. Mário de França Miranda, SJ — página 83
- A OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES

CONVERGÊNCIA
Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil (CRB)

Diretor-Responsável:
Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4.º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1980:

Brasil, taxa única (via terrestre ou aérea) .....Cr$ 420,00
Exterior: marítima.....US$ 17,00
Exterior: aérea .....US$ 25,00
Número avulso .....Cr$ 42,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

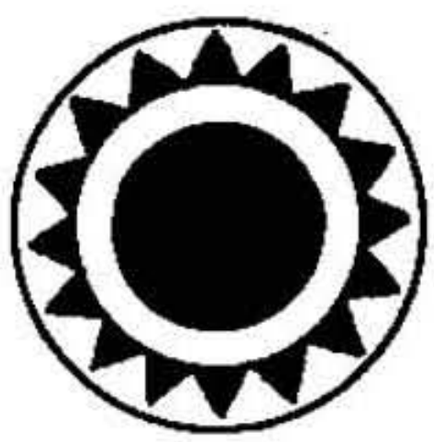
Composição: Compositora Helvética Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20211 Rio de Janeiro — RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

Creio que Você pode descobrir, sem grande esforço, algo como um pássaro voando e pousando. Ao tentar materializar esta figuração mental, num traço imutável e dinâmico, pensei nisto: (1.º) Uma andorinha não faz verão. 1980 é o ano da XII Assembléia Geral Ordinária Eletiva da CRB cujo tema central é "Libertar para a COMUNHÃO e PARTICIPAÇÃO". Vencer a tentação do alheamento. Esta coisa estranha: o homem sozinho, a solução individual. Dar-se as mãos. Encontrar-se é, de uma vez só, fator de estabilidade e força de transformação. (2.º) A Igreja Latino-Americana decidiu, mais uma vez, em Puebla, sua opção preferencial pelo pobre. A Campanha da Fraternidade da Igreja, no Brasil, ressalta, neste ano, a figura do Migrante. O pássaro é bem o símbolo do pobre e de quem não tem destino certo. Ora para frente, ora para o norte, ora para trás, ao sabor das correntes da sorte. (3.º) Esta palavra de esperança: "Ninguém tem morada definitiva no tempo" (Hbr 13, 14; Miq 2, 10). Todos andam em busca de horizonte mais alto. Sentimos a dor do incompleto. COMUNHÃO, PARTICIPAÇÃO, POBRE, um FUTURO fora do tempo, pontos de linhas medulares de interpretação da fenomenologia de nossa Vida Religiosa. CONVERGÊNCIA quer confirmar, em Você, a sensação de que não estamos parados. E estamos no rumo certo.

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o n.º 1.714-P.209/73.



SUMÁRIO

EDITORIAL 65

INFORME DA CRB 67

A ESPIRITUALIDADE DO DOCUMENTO DE PUEBLA E OS RELIGIOSOS
Frei Almir Ribeiro Guimarães, OFM.... 74

O DOCUMENTO DE PUEBLA E A MISSÃO APOSTÓLICA DOS RELIGIOSOS
Pe. Mário de França Miranda, SJ 83

A OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES
Pe. Rogério Ignácio de Almeida Cunha, SDB 93

COMUNICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS 122

EDITORIAL

A Igreja — e nela a Vida Religiosa — vive este mês a celebração litúrgica da quaresma. E neste clima de conversão e reconciliação, acontece de novo na Igreja do Brasil a Campanha da Fraternidade, centrada este ano, no grande problema das migrações. As leituras bíblicas deste tempo que antecede e prepara a Páscoa, nos falam com freqüência do jejum que agrada a Deus e da conversão que ELE pede: quebrar as cadeias injustas, libertar os oprimidos, realizar a justiça, acolher o peregrino, repartir o pão.

A conversão implica, portanto, superação das causas objetivas que geram pecado, produzem injustiça e destilam a morte. Sem conversão o Reino não vem, nem a libertação acontece, e a Páscoa não passa de uma mera repetição de ritos vazios de significado. Neste sentido, a quaresma é o tempo em que reassumimos a nossa vida cristã como um engajamento efetivo de transformação do mundo, em vista do Reino.

E um dos aspectos deste engajamento, prioritário hoje na Igreja latino-americana, é o compromisso com o empobrecido. "A paixão de Jesus se prolonga na paixão do nosso povo sofrido". E o anúncio gozoso da Páscoa só pode encontrar eco na nossa gente, se for traduzido em gestos concretos de solidariedade, de fraternidade, de justiça e de paz, para a superação de tudo aquilo que contradiz a boa nova do Reino.

Frei Almir Ribeiro Guimarães, OFM, mostra como a espiritualidade dos religiosos, nos últimos anos, se caracterizou como uma resposta clara ao Espírito que sopra na linha de construção de uma Igreja comprometida com as necessidades do homem de hoje. Não faz sentido uma espiritualidade para um segundo andar, para um segundo patamar, se a realidade é única e idêntica. No entanto, quanto mais inscrita no dia-a-dia a espiritualidade, mais se exigem espaços de silêncio, meditação, exercícios pessoais de ascese. . . . A vida cresce sempre, se integrada na oração.

Padre Mário de França Miranda, SJ, aprofunda o tema da Missão, no seu interessante artigo: "O documento de Puebla e a missão apostólica dos Religiosos". Insistindo em que não é fácil ser religioso como a hora e a situação presente nos pedem, na perspectiva do pobre e

do oprimido, Pe. Mário destaca que isto supõe uma autêntica conversão e que "esta conversão é o grande desafio feito hoje à Vida Religiosa" e a sua Missão na Igreja.

O artigo do **Pe. Rogério Ignácio de Almeida Cunha, SDB**, "Opção preferencial pelo pobre" aborda o tema com profundidade, tratando de responder a três perguntas fundamentais:

"Quem é o pobre?

"Se a pobreza é um escândalo anti-evangélico, como é que o pobre é "bem-aventurado", está mais perto de Deus? E tem, até mesmo, um potencial evangelizador?

"Que significa, então, em atitudes concretas, optar pelo pobre?"

Ao artigo do Pe. Rogério, segue-se um roteiro para reflexão sobre este tema, como subsídio de preparação à XII AGO.

Na linha da comunicação de experiências, **Convergência** dá este mês a palavra aos Agostinianos de Belo Horizonte e a um grupo de Comunidades de Vitória, no Espírito Santo.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

RELATÓRIO DA X ASSEMBLÉIA REGIONAL DA CRB-GOIÂNIA

Nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 1979, realizou-se a X Assembléia Regional da CRB-Centro-Oeste. Participaram 50 religiosos de 40 Congregações, sendo 31 femininas e 9 masculinas.

No dia 18, no período da tarde, aconteceu no CTL de Goiânia, o Encontro previsto entre os Bispos e Superiores Maiores, ou seus representantes, contamos com a presença de 14 Bispos. Estava presente a Diretoria da CRB — Goiânia, e um representante da CRB Nacional, Pe. Cristóbal Alvarez Garcia, SJ.

Num 1º momento D. Sinésio Bonn, Secretário do Regional Centro-Oeste da CNBB, fez a abertura da reunião, colocando que o objetivo de tal encontro era para que tanto os Bispos como os Superiores pudessem colocar aberta e livremente suas necessidades e dificuldades encontradas, neste processo de caminhada da Igreja. As principais sugestões ou questionamentos levantados foram os seguintes:

1. Que fosse refletido com maior zelo pelos Superiores a validade das transferências em relação ao trabalho já iniciado.

2. Que as Congregações Religiosas se empenhem na formação do clero diocesano e agentes de Pastoral, num trabalho conjunto de Igreja.

3. Que as Congregações masculinas ajudassem as dioceses em trabalhos pastorais periódicos, como substituição temporária de um vigário, atendimento de confissões, etc., através de sacerdotes mais idosos dessas Congregações, que já não tem funções especiais nas mesmas.

4. A CRB como órgão de coordenação nota que os religiosos estão muitas vezes sem assistência, coordenação e acompanhamento por parte dos Bispos.

5. São feitos pedidos de trabalhos com exigências fora da realidade de serem assumidos pelas Congregações.

6. Falta de diretrizes claras e precisas por parte dos Bispos aos Religiosos.

7. Um grande problema levantado pelos Superiores é quanto ao aspecto da manutenção, é necessário que se estude e veja com cuidado estas situações.

8. Sugestão de que se faça um contrato entre o Superior e o Bispo da Diocese.

Concluindo: este Encontro foi muito benéfico como um 1º passo para um maior entrosamento entre Superiores e Bispos do Regional Centro-Oeste, e foi sugerido que esse encontro fosse repetido.

O tema enfocado dentro do Documento de Puebla, no capítulo Vida Consa-

grada, colocado pelo Pe. Cristóbal, salientou os seguintes itens:

I: Tendências da Vida Consagrada

II: Critérios

III: Opções para uma vida consagrada mais evangelizadora.

Após um tempo dado para o aprofundamento em grupo e plenário, iniciou-se às 14hs com a oração comunitária da tarde e logo a seguir a Assembléia se reuniu para ouvir a explanação feita pelo Monsenhor Afonso, da Assessoria Jurídica da CNBB de Brasília, sobre a Lei nº 6.696 de 8 de agosto de 1979 da Previdência Social. O expositor revelando-se profundo conhecedor do assunto, fez uma análise objetiva da Lei e respondeu à inúmeras perguntas.

Em prosseguimento o Pe. Gil fez a apresentação do relatório anual das atividades da CRB — Goiânia. Passa-se ao estudo dos documentos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 elaborados pela CRB — Goiânia e propostos à Assembléia.

O documento nº 2: Projeto das Realizações da CRB — GO, em 1980, dos meses de janeiro a novembro. Doc. nº 3: Sede própria para a CRB — Goiânia. Doc. nº 4: Criação de um Instituto Teológico-Filosófico Intercongregacional no Centro-Oeste. Doc. nº 5: Revisão da IX Assembléia de 79. Doc. nº 6: Realização de uma coleta de dados sobre a Vida, o Apostolado e a situação geográfica das Comunidades Religiosas do Centro-Oeste para a atualização do fichário da CRB e atender pedido da CRB Nacional.

No período da noite os Religiosos se redistribuíram, em grupos de trabalhos e passaram ao estudo dos documentos.

Na manhã do dia 20, em seguida à Oração comunitária da manhã, passou-se à sessão plenária com a apresentação dos relatórios dos grupos sobre o conteúdo dos Documentos. Após as devidas apurações das votações, foram eleitos os seguintes membros: Frei Evaristo Pariasotto e Ir. Alda Divina e como suplente a Ir. Margarida Batista. Como também os demais documentos foram todos aprovados unanimemente com algumas observações e sugestões, após estas atividades eletivas a CRB — Goiânia chegou a execução plena da pauta aprovada por e para esta Assembléia.

Passou-se então à avaliação. Cada membro expressou-se informalmente sua opinião e ao lado dos pontos positivos foram acrescentados outros a serem melhorados e dentre eles destacam os mais acentuados:

Pontos Positivos:

◆ Quanto à organização:

Não houve exaustão nos trabalhos de grupo; bom planejamento; dinâmica adequada ao tempo e ao trabalho previsto; a cópia entregue dos projetos com antecedência para serem estudados.

◆ Quanto à participação:

O empenho com que cada um assumiu o seu trabalho; entrosamento dos religiosos entre si; ausência de contestação destrutiva.

◆ Quanto à liturgia:

Foram bem preparados os momentos de oração litúrgica, foi salientada como um dos pontos altos.

◆ Quanto à vitalidade da CRB:

A atuação do Vínculo às Comunidades; o movimento de formação ao nível intercongregacional.

◆ Quanto ao acolhimento:

Ambiente fraterno, descontraído e acolhedor.

Pontos a serem melhorados:

Tempo maior para reflexão e aprofundamento dos temas apresentados. Que a CRB, envie a bibliografia do tema escolhido para a próxima Assembléia, a fim de que possa haver uma maior preparação dos seus participantes. Que a CRB,

estimule os Religiosos no sentido de maior compromisso com a nossa realidade.

O Pe. Gil explica que a Assembléia foi reduzida, na sua duração, pelo fato de ser a segunda a se realizar este ano e por tratar de pontos práticos. Lembrou que a finalidade de uma Assembléia nunca é para estudos de temas, mas sim, para rever propostas e opções de caminhada na Igreja.

Encerrou-se, com a Celebração Eucarística.

RELATÓRIO DA X ASSEMBLÉIA GERAL DA CRB/SC

Realizou-se no **Centro de Formação — Lages,** nos dias **9, 10 e 11 de outubro de 1979,** a X ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA CRB/SC, com a presença de **85 Religiosos:** 20 Superiores Gerais e Provinciais, 33 Representantes Gerais e Provinciais, 8 Coordenadoras Diocesanas; 24 Religiosos entre Representantes Diocesanos, Diretoria, Executivo e Convidados.

Marcaram presença e participação na Assembléia: Pe. Décio Batista Teixeira Presidente da CRB Nacional, D. Honorato Piazera — Bispo de Lages, D. Henrique Müller — Bispo de Joaçaba, D. Oneres Marchiori — Bispo de Caçador, Ir. Pedro Aurélio Hinkelmann — Presidente da AEC/SC e a Equipe Executiva da CNBB do Regional Sul 4.

Pe. Nivaldo José Machado — Presidente da CRB/SC, declarou aberta a **X Assembléia,** acolhendo fraternalmente a todos os presentes. Salientou a importância deste acontecimento, para a Vida Religiosa, na Igreja hoje, sobretudo em Santa Catarina. Convidou a todos para um assumir consciente e corresponsável dos objetivos da Assembléia:

1. Rever a caminhada da CRB/SC, em 1979, a partir das prioridades assumidas, questionando-nos, sobretudo, quanto SAÚDE e EDUCAÇÃO.

2. Intensificar a **comunhão** e **participação** efetiva, nesta caminhada.

3. Aprofundar a mentalização sobre os **desafios da Vida Consagrada** à luz de Puebla.

4. Prever o planejamento para 1980.

Apresentou também uma visão geral da Agenda, em vista destes objetivos. Em seguida, houve a Celebração da Palavra à luz do Evangelho e da mensagem de Puebla, o que possibilitou a reflexão e interiorização dos objetivos e agenda da Assembléia, como também, a apresentação de cada um dos participantes.

Depois da organização do horário e dos trabalhos, passou-se a apresentação do RELATÓRIO DA CRB/SC-1979, em esfera **Regional** e **Diocesana,** tendo presentes as METAS assumidas para o triênio 78-80, e as PRIORIDADES assumidas na última Assembléia. Cada Coordenadora Diocesana apresentou o relatório da respectiva diocese, destacando as **atividades realizadas,** (a partir de cada prioridade), **dificuldades** e uma **apreciação geral** da caminhada. Nesta mesma linha, Ir. Jadira Bettoni — Secretária Executiva, apresentou o **Relatório em esfera Regional.** Feita a apresentação dos relatórios, passou-se a avaliação desta caminhada, em pequenos grupos, respondendo às seguintes questões:

1. Apreciação geral da caminhada da CRB/SC, em esfera Diocesana e Regional.

2. Do que foi realizado, que aspectos de cada prioridade corresponderam, ou não, às necessidades dos religiosos de Santa Catarina?

3. Sugestões, observações, complementações...

Após o trabalho de grupo fez-se o plenário, sendo que se chegou, a esta síntese:

1ª QUESTÃO:

1.1. Em Esfera Regional percebeu-se:

Grande esforço da Diretoria e Executivo em relação à **Formação Permanente** e aos encontros específicos, sobretudo na área da Saúde.

Dinamismo e progresso da CRB Regional — programou e executou.

Que há boas tentativas de caminhada para atingir os vários níveis dos religiosos.

Boa atuação nas bases — há uma linha comum de ação, atuando em esfera Nacional, Regional, Diocesana e Comarcal.

Boa assessoria e presença nas Dioceses.

Simplicidade na caminhada e realce no espírito comunitário, na unidade, fruto de um bom planejamento.

Idéias claras nos objetivos.

Uma retomada e esperança no trabalho Vocacional.

1.2. Em Esfera diocesana constatou-se:

Interesse das Coordenadoras Diocesanas e Equipes Comarcais.

Esforço em assumir as prioridades em esfera Diocesana e Comarcal .

Relatórios objetivos e sinceros.

Que o relatório possibilitou um maior conhecimento da realidade de cada Diocese e espelhou, em parte, a ação da Coordenação Diocesana da CRB.

Que a força de articulação, de comunhão, de inserção está na Coordenação Diocesana.

Reorganização de Dioceses e Comarcas, de encontros e programações.

Boa inserção de algumas Dioceses — há esforço para assumir a Igreja Particular.

Que há um aceleramento na caminhada da Vida Religiosa.

2ª QUESTÃO:

2.1. Formação Permanente:

As atividades realizadas corresponderam atingindo várias pessoas.

Realizando encontros intercongregacionais, pela ajuda mútua, conhecimento.

Atingiu às bases — reorganização e incentivo às comarcas, dedicando-se aos menos favorecidos.

O conteúdo de alguns encontros não satisfez totalmente.

2.2. Saúde da Comunidade:

Bem dinamizada.

Ponto alto do Regional Sul 4, correspondeu às expectativas.

2.3. Educação:

Prioridade ausente e desintegrada.

Pouco relatado pelas Dioceses.

Falta conscientização.

Há muitas divergências, falta de unidade, paralelismos.

Deve ser mais dinamizada em esfera Regional e Diocesana.

2.4. Espírito Missionário — Projeto Igrejas-Irmãs:

Existiu incentivo mas faltam membros.

Foi feito pouco.

2.5. Inserção na Igreja Particular e Local:

Percebe-se mais inserção na vida Pastoral.

Deve ser intensificada.

2.6. **Promoção Vocacional:**

Falta coordenação para a promoção vocacional.

Não há linhas comuns para a pastoral vocacional.

As tentativas feitas foram válidas.

3ª QUESTÃO:

3.1. **Sugestões:**

Continuar com os cursos de Formação Permanente.

Os Provinciais assumir a Formação Permanente.

Os Provinciais (masculinos) visitem mais freqüentemente as suas comunidades.

Intensificar a Formação Permanente também em esfera comarcal.

Revitalizar o trabalho da Educação — deve haver mais integração entre CRB — AEC — CNBB.

Como meta prioritária da CRB dar mais atenção à Educação e Promoção Vocacional — atingir também os pais.

Realizar estudo para o conhecimento e inserção: planos da CRB e CNBB.

Maior incentivo do Bispo e Coordenador Diocesano de Pastoral ao trabalho dos Coordenadores Diocesanos e Comarcais de CRB.

Motivar e criar condições para experiências pastorais — criar grupos de reflexão teológico-pastoral.

Participação dos Provinciais nas Assembléias da CNBB.

Esclarecer, entre Bispos e CRB, as atividades dos Religiosos na Igreja local.

Fomentar maior entrosamento entre Religiosos e Sacerdotes.

Nas reuniões maior profundidade nos estudos da doutrina da Igreja, não parando em opiniões de teólogos mais oração nas reuniões.

Conscientização dos religiosos que somos "Igreja Missionária", envolver também o povo.

Os Seminários menores sejam mais abertos, permitindo e facilitando a formação para diversas congregações e clero diocesano.

Os relatórios sejam elaborados a partir das prioridades.

Constem nos relatórios os trabalhos da base.

Em seguida, passou-se às COMUNICAÇÕES. Inicialmente, Pe. Décio Batista Teixeira — Presidente da CRB Nacional, apresentou, em síntese, o que é **C.R.B.**, focalizando o SER e o AGIR, EXPRESSÃO JURÍDICA e CRITÉRIOS PARA O SERVIÇO. Esta explicitação ajudou esclarecer uma série de pontos levantados no início dos trabalhos, sobretudo, quanto ao papel, a função da **C.R.B** no contexto atual. Pe. Décio fez também um relato sobre as **programações da CRB Nacional — 1979**, e os projetos em andamento. Estas comunicações foram sumamente válidas e proveitosas para os participantes.

Quanto ao PROJETO IGREJAS-IRMÃS, Mons. Valentim Loch — Subsecretário do Regional Sul 4, informou o grupo sobre a situação atual do mesmo: número de voluntários para 1980; critérios de escolha de voluntários; dificuldades; situação financeira do projeto; visita de D. José Rodrigues de Souza, a Santa Catarina. Esta exposição foi complementada com o depoimento de Frei Ary Pintarelli, sobre a visita feita aos voluntários, na Bahia, juntamente com D. Gregório Warmeling. Chamou a atenção o paralelo feito entre a realidade de Santa Catarina e da Bahia, no que diz respeito à extensão, população, número de religiosos. Estes dados serviram de questionamento, sobretudo, quanto redistribuição dos religiosos, frente estes apelos. Aproveitou-se a oportunidade para um encontro especial da Coordenação com

as Provinciais que tem Religiosas, na Bahia, atuando neste Projeto.

A partir dos trabalhos realizados no primeiro dia, os quais possibilitaram, sem dúvida, uma tomada de consciência da situação, foi encaminhada a reflexão sobre o tema: VIDA RELIGIOSA À LUZ DE PUEBLA, pelo Pe. Carlos Palácio Larrauri, SJ, da Equipe de Reflexão Teológica, da CRB Nacional.

Os pontos abordados no decorrer da reflexão favoreceram uma maior compreensão da situação da Vida Religiosa hoje, frente os desafios lançados pelo espírito de Puebla, alertando para a responsabilidade de cada um, neste processo. É preciso, no momento histórico que nos encontramos, "aceitar ser fonte que vai morrer para que surja algo novo". Esta é a missão que nos cabe. (Os principais enfoques deste tema encontram-se no livro "PUEBLA: DESAFIOS À VIDA RELIGIOSA", da CRB-1979).

Tendo em vista a necessidade de intensificar e ampliar a mentalização sobre a prioridade, SAÚDE DE COMUNIDADE, houve a apresentação de um trabalho nesta linha, pelo Dr. Marco Aurélio da Ros, que atua diretamente numa comunidade de pescadores, no interior da Ilha. Apresentou, a partir da própria experiência, os elementos-chave, para um trabalho de Saúde de Comunidade. Salientou que só haverá mudanças no sentido de melhoria e soluções na área da Saúde, se o trabalho for realizado a partir da Comunidade e **com** a comunidade.

A seguir, Pe. Lydio Milani, completou estes enfoques apresentando uma série de dados sobre a situação em que nos encontramos, confrontados com os desafios de Puebla.

Ir. Pedro Aurélio Hinkelmann — Presidente da AEC/SC, fez uma exposição sobre a ATUAÇÃO DOS RELIGIOSOS NA EDUCAÇÃO, salientando: — dados da realidade — tentativas de caminhada — resultados obtidos. Após a exposição houve trabalho de grupo, seguindo-se o plenário. Depois de muito debate, sentiu-se a necessidade de definir melhor, a quem caberia a animação da EDUCAÇÃO, à CRB ou AEC? Os Provinciais e Representantes presentes, que possuem membros atuando em Educação, se pronunciaram:

À CRB cabe a animação da Vida Religiosa, ao nível do ser, mais do que ao nível de funções específicas.

A AEC é um órgão de apoio e de assessoria à CRB no trabalho específico — Educação.

Deve haver união da CRB e AEC procurando integrar os núcleos: diocese, paróquia, comunidade, escola.

Nos núcleos a AEC procurará integrar religiosos e leigos educadores.

AEC e CRB devem desenvolver um trabalho para não haver dicotomias entre SER — AGIR.

Concluindo, Pe. Carlos Palácio, com base no que foi apresentado, fez as seguintes observações:

1ª) Uma longa história de religiosos atuando em escolas, hospitais... reduziu a vida religiosa a uma ou outra função. Os impasses e desafios de uma mudança precisam ser assumidos com muita coragem. O problema de fundo é: diante desses desafios e diante da resposta à Igreja e à sociedade, estamos dispostos a tomarmos distância, analisarmos o nosso agir e readquirirmos a essência da Vida Religiosa? Identificamos a tal ponto Vida Religiosa com tarefas que, quando questionamos uma tarefa, parece que abalamos a Vida Religiosa. Absolutizamos certas tarefas que foram importantes em outros tempos. Até que ponto fomos capturados pelo sistema numa função que lhe é conveniente?

2ª) Quanto à Educação como tarefa: temos que reconsiderar toda a caminha-

da da Igreja na América Latina, questionar nossas obras apostólicas e optar por prioridades. Temos medo de fazer revisões e não temos coragem de partir para o NOVO, para as novas opções da atual consciência eclesial. Temos liberdade para isso? Educação é meio para evangelizar? Ou está a Serviço do Sistema? Podemos fazer frente com uma ação conjunta, propondo um novo modelo?

Passou-se, a seguir, ao encaminhamento do PLANO DE AÇÃO DA CRB PARA 1980. Foram retomadas as **Metas, Linhas** e **Diretrizes** assumidas para o triênio 1978-80. Quanto às **Prioridades, Atividades** e **Cronograma para 1980**, solicitou-se da Assembléia, sugestões, a partir do que foi assumido em 1979. Após um trabalho de grupo, cada um apresentou suas sugestões, as quais foram retomadas, posteriormente, pela Diretoria para elaboração do Plano, em anexo.

Prosseguindo foi feita a AVALIAÇÃO DA ASSEMBLÉIA: Pontos **positivos**, **observações** e **sugestões.**

PONTOS POSITIVOS

Ambiente bom — cordialidade — alegria — naturalidade — descontração. Muita integração na convivência. Boa organização — atuação eficiente das lideranças e equipes de serviço. Agendas ótimas — assuntos muito bem apresentados. Bons explicitadores. Colocações do Pe. Carlos Palácio e Dr. Marco Aurélio. Presença e assessoria do Pe. Décio Batista Teixeira. Presença das entidades: AEC e CNBB. Trabalhos de grupo — plenário. Questionamentos — atitude de busca. Respeito às várias mentalidades. Celebrações dentro dos temas. Bom atendimento do pessoal da casa — alimentação muito bem preparada.

Observações e sugestões

Oração fraca. A parte sobre Saúde poderia ter sido mais aprofundada. O tema do Pe. Carlos Palácio poderia ter norteado toda a Assembléia e ter sido mais aprofundado. Haver, portanto, nas próximas Assembléias, um tema central dentro das prioridades da CRB. A Diretoria procure mostrar as linhas, tendências que marcam cada momento da agenda para estabelecer a unidade da Assembléia. Fazer mais oração, liturgia — o grupo deve se autorizar a organizar horas de oração.

IMPORTANTE: A XI ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA DE 1980 será nos dias **6, 7 e 8 de outubro, em LAGES.**

Após a revisão foi celebrada a EUCARISTIA — ponto alto da Assembléia. Em atitude de Ação de Graças, Pe. Nivaldo José Machado, agradeceu a presença e participação de todos, de um modo especial, do Pe. Décio Batista Teixeira, Pe. Carlos Palácio e demais explicitadores. Agradeceu, outrossim, às lideranças e equipes de serviço que atuaram nesta Assembléia. Realçou o grande enriquecimento que foi esta X ASSEMBLÉIA e o que ela representou em reenergelização para continuar a caminhada, a partir das novas pistas que foram apresentadas. Encorajou a todos a continuarmos unidos e caminharmos com coragem e esperança. E assim foi encerrada oficialmente a X ASSEMBLÉIA DA CRB/SC.

A ESPIRITUALIDADE DO DOCUMENTO DE PUEBLA E OS RELIGIOSOS

A espiritualidade dos religiosos, nos últimos anos, se caracterizou como uma resposta clara ao Espírito que sopra na linha de construção de uma Igreja comprometida com as necessidades do homem de hoje. Não faz sentido uma espiritualidade para um segundo patamar, um segundo andar, se a realidade é única e idêntica.

Frei Almir Ribeiro Guimarães, OFM
Rio de Janeiro, RJ

Ontem e hoje homens e mulheres se sentiram chamados a viver o seguimento de Cristo através de uma vida chamada religiosa. Não se gosta hoje de designar este tipo de seguimento de estado de vida. Prefere-se designar a **VR** de processo. Homens e mulheres, ao escolherem o caminho da **VR**, entram num dinamismo de encarnação sempre mais radical do Evangelho de Jesus Cristo. O documento de Puebla não examina exaustivamente a espiritualidade dos religiosos. Fala dela como sendo um dom que o Espírito concede sem cessar à Igreja (n. 739) e considera-a como meio eficaz de evangelização. Através da vida e da atividade dos religiosos deve-se realizar hoje, na América Latina, um claro e límpido trabalho de evangelização. Procuraremos seguir nosso tema dentro desta perspectiva de ligar evangelização e espiritualidade dos religiosos.

1. Uma certa maneira de ver a espiritualidade ontem e hoje

Algumas vezes, no passado, tinha-se a impressão de que falar em espiritualidade dos religiosos era colocá-los bem distantes da realidade concreta do mundo. Chamados ao seguimento de Cristo os religiosos, mesmo tendo colégios e hospitais ou atuando em certos trabalhos pas-

torais, eram levados a viverem uma espiritualidade bastante "desencarnada". Suas atividades e sua doação aos homens eram tidas como bom trabalho, mas muitas vezes eram levados a terem consciência de que precisavam se ater às disposições de regras e constituições, de costumeiros ou tradições, que faziam com que estes se sentissem dilacerados entre exercícios piedosos e concepções espirituais de suas congregações ou ordens e seu trabalho direto com o povo. Não queremos ser severos nesse julgamento pois sempre houve entre nós religiosos que souberam se dar aos homens e se identificarem com suas aspirações e anseios, mas era um pouco geral a concepção de uma espiritualidade de "separação".

Nos últimos anos vimos surgir reflexões e tomadas de posição no campo da espiritualidade dos religiosos no sentido de caracterizar a vida espiritual dos consagrados na linha de uma resposta clara ao Espírito que sopra na linha da construção de uma Igreja encarnada e comprometida com as necessidades dos homens de hoje. Não teria sentido que homens e mulheres se consagrassem ao Evangelho através dos seus votos de pobreza, obediência e castidade vivessem uma espiritualidade num segundo andar da realidade em que estão inseridos. Trabalhando em faculdades, escolas, comunidades de base, editoras, creches, fazendo as tarefas modestas de um casa religiosa, esses homens e mulheres, colaborarão efetivamente no sentido estarem presentes junto aos homens ávidos e necessitados de darem uma nova resposta ao Evangelho numa Igreja que hoje despoja-se de seus títulos e de uma certa atitude de auto-suficiência.

Ao afirmarmos essa necessidade de "encarnação" não estamos defendendo um ativismo qualquer. Estamos todos cansados de conviver com religiosos superficiais que crêem poderem se lançar em atividades de toda sorte sem primeiro ou ao mesmo tempo se vestirem de uma profundidade humano-religiosa que requer espaços de meditação e de silêncio. Ficam de pé todos os exercícios da tradicional vida religiosa que visavam a formação do homem interior. O dia em que virmos a suprimir os sábios conselhos dos mestres espirituais como a meditação silenciosa e a reflexão em profundidade, os exercícios pessoais de ascese, o auto-domínio dos sentidos, a busca religiosa do silêncio e da leitura espiritual estaremos formando religiosos superficiais em nossos conventos ou residências. Tanto nos períodos de formação como ao longo de toda a vida religiosa esses e outros elementos fazem parte essencial da espiritualidade do religioso. Em nome de uma certa presença junto aos homens alguns religiosos se tornaram homens e mulheres sem ossatura interior. As novas gerações não poderão fazer economia do constante e persistente exercício da meditação silenciosa e da busca pessoal de Deus. Puebla fala de uma necessidade de integração entre vida e oração. O que é desejado é que os religiosos sejam homens habitados por Deus. Juntamente com este esforço de aprofundamento pessoal os

religiosos procurarão descobrir Deus nos caminhos desse nosso mundo. Não farão uma dicotomia entre sua vida espiritual e sua atividade no meio da realidade que é a nossa. Essa espiritualidade nova será marcada pelo empenho de um testemunho claro e transparente desse grupo frente ao mundo e às suas exigências e ao mesmo tempo por um compromissamento efetivo na linha da transformação da realidade.

2. Solidariedade e despojamento frente aos pobres

Já se tornou lugar comum dizer que os religiosos, sobretudo devido à sua opção feita no voto de pobreza, precisam ser solidários dos pobres e empreendedores do anúncio da Boa Nova aos pobres. Todos os religiosos estão de acordo, em princípio, com esta afirmação. Lendo atentamente as considerações do documento de Puebla a respeito da miséria crescente em nosso continente e tomando consciência do texto que fala da opção preferencial pelos pobres somos levados a dizer que não há outros caminho a não ser estar com esses homens que hoje são vítimas da miséria e da pobreza material total. Não há como escapar. O que é mais problemático é sempre o modo dessa presença junto aos pobres e frente à miséria. Muitos religiosos já fizeram a opção pelos pobres e vivem totalmente essa espiritualidade orientada para as camadas da população que não têm vez nem voz: desde os irmãozinhos e Irmãzinhas de Charles de Foucauld, passando por missionários que se embrenham nas florestas de nosso país, que trabalham ativamente em regiões inóspitas do interior de nossos Estados mais carentes ou que passaram a residir no meio de populações pobres nas periferias das grandes cidades. São muitos os que passaram a viver do salário de seu trabalho e que se fincam numa verdadeira espiritualidade de despojamento e de insegurança típica dos pobres. Religiosos jovens e menos jovens com coragem e garra deixaram a segurança de suas casas ou de seus conventos e se tornaram presença solidária da miséria e da pobreza. Ordens e congregações precisam hoje estar abertas ao carisma desses religiosos e facilitar-lhes a tomada de posição clara em prol de uma convivência constante com os pobres. Essas comunidades de professoras primárias, de assistentes sociais, de enfermeiras, de agentes na pastoral local estão se multiplicando. A longo prazo essa simples e despojada presença de religiosos transformará uma certa visão distante da vida religiosa.

Seria esse o único caminho que os religiosos teriam para se solidarizarem com os pobres? A pergunta é séria. Será que mantendo nossas casas de formação grandes, nossos colégios, nossas faculdades, nossos aparelhos de poder não estaremos pecando gravemente contra o pobre? O bom senso nos diz imediatamente que a solução não seria agora tomar atitudes precipitadas. Isso não quer dizer, no entanto, que devamos ficar passivos diante de tudo aquilo que é apontado pelo documento de Puebla. O que se deve dizer é o seguinte: nossas casas

grandes e nossos empreendimentos de maior vulto estarão **sempre** em função de uma transformação de um estado de coisas marcado pela miséria e pela pobreza. Mesmo ligados a certas engrenagens de poder e vivendo dentro do sistema capitalista que é gerador de tantas injustiças, nossas universidades, editoras, escolas e obras tomarão claramente uma linha de denúncia-profética. A maneira como se ensina nas nossas faculdades deverá ser diferente. Não transmitiremos somente conhecimentos mas nossas casas existirão para fornecer a médicos, engenheiros, psicólogos, economistas e pedagogos elementos de reflexão sobre a realidade e instrumentos eficazes de mudança de mentalidade. Nossas editoras e similares serão veiculadores constantes de uma crítica da sociedade que mata o homem e favorece o crescente aumento da brecha entre pobres e ricos. Exame delicado será feito em torno de todas as nossas casas que puderem dar a impressão de poderio e que de fato o forem. O assunto é muito delicado e requer, da parte dos Conselhos e responsáveis pelas ordens e congregações, constante exame.

3. Refazer o tecido comunitário da Igreja

Puebla saúda com alegria a multiplicação das comunidades de base no território latino-americano. Deveríamos ler com atenção os nn. 617-657. Vemos claramente nesses grupos uma possibilidade de ser refeito o tecido fraterno da comunidade eclesial. Certo que esses pequenos grupos podem ser "manipulados" por forças de esquerda como também pelo aparelho eclesiástico. As comunidades de base se inserem numa ampla visão de construção da Igreja a partir das bases e questiona uma certa pastoral na qual, nós religiosos, estamos engajados a pedido da autoridade eclesiástica.

Na realidade muitos religiosos são párocos, trabalham na catequese paroquial ou escolar, animam grupos de reflexão ligados às paróquias ou a movimentos mais ou menos autônomos. Em tudo isso prestamos um serviço à Igreja local e estamos na dependência do Bispo local. Puebla reconhece que os religiosos estão na vanguarda do trabalho missionário e aí estão a pedido dos Bispos de um determinado lugar. Os religiosos e as religiosas estão constantemente refletindo sobre o sentido de sua ação pastoral enquanto religiosos. Não há dúvida de que hoje mais do que nunca deverá existir uma integração dos religiosos na pastoral diocesana. Sem isto estaríamos colaborando para uma divisão. Mas deve haver um núcleo central a partir do qual brote nossa pastoral. Como profetas no coração da Igreja cabe aos religiosos contestarem toda forma de pastoral estática, morta e ultrapassada. Um dos pontos delicados da atual pastoral é uma certa artificialidade na construção e na vivência da Igreja. Evidentemente que a Igreja é sempre obra de Deus, obra da Trindade. Ela é mistério no sentido mais profundo. É congregação dos homens em Cristo para que todos possam estar reunidos diante do Pai na força do Espírito. Mas as con-

cretizações eclesiais em paróquia e diocese podem muitas vezes dar a impressão de que a Igreja é estática e já feita. Ela está em construção. Sentimos que há uma séria dificuldade em renovar a pastoral dos sacramentos e um grande problema em se passar de um nível teológico da fraternidade dos cristãos para uma prática efetiva do amor fraterno. Olhamos então com reticências muitos planos de ação pastoral. Mas como nós poderemos dar uma resposta nossa, de religiosos, à pastoral de nossos dias? Parece que um dos elementos típicos nossos é a vivência do amor fraterno em comunidades. Os religiosos são levados, desde jovens, a conviver fraternamente com os membros de suas comunidades e de seu instituto. Temos como ponto de honra crescer no amor fraterno em nossas casas. Alguns institutos fazem da vida comunitária ponto central de suas aspirações. Congar costuma mesmo dizer que a vida religiosa é uma parábola do Reino. Vendo-nos viver, sobretudo fraternamente, os homens deveriam poder dizer que assim é o Reino de Deus. Quisemos sempre exprimir concretamente nosso amor fraterno através de interesse mútuo e de efetiva caridade. Nem sempre o conseguimos por causa do pecado que mora em nós, mas não deixamos de fazer esse esforço. Até certo ponto, nós religiosos, somos especialistas da comunidade.

Ora, a Igreja que está entre nós, mais no interior do que nas grandes cidades, está tomando consciência de que não é possível continuar com concretizações eclesiais opacas e pouco verdadeiras. Nasceu um sério movimento de re-criação da comunidade da Igreja à base. São as comunidades eclesiais de base. O documento de Puebla assim fala dessas comunidades: "Está comprovado de que as pequenas comunidades, sobretudo as comunidades eclesiais de base, criam maior interrelacionamento pessoal, aceitação da Palavra de Deus, revisão de vida e reflexão sobre a realidade, à luz do Evangelho; nelas acentua-se o compromissamento com a família, com o trabalho, com o bairro e a comunidade local. Destacamos com alegria, como fato eclesial relevante e caracteristicamente nosso e como "esperança da Igreja (EN 58), a multiplicação das pequenas comunidades" (n. 629).

Os religiosos sentem então que está se abrindo uma porta no campo da pastoral. Percebem com todos os pastores e leigos do continente que o Espírito sopra na direção da formação de uma Igreja que seja efetivamente comunidade fraterna e presença eficaz no coração das realidades do mundo. Esse modo mais fraterno de se viver em Igreja é muito parecido com as concretizações de vida fraterna em nossas casas. Sentimos que não temos que fazer muito esforço em nos adaptar a esse novo modelo. Entramos nele com facilidade.

Quando se analisa a questão da espiritualidade do documento de Puebla e os religiosos temos que afirmar que aí está um campo de trabalho típico nosso. Não seremos bastante cegos para querer agora dominar esses grupos com nossos

espíritos ainda um tanto autoritários e clericalistas, mas sentimos que temos uma contribuição na linha do testemunho a dar. Onde estiverem religiosos trabalhando na pastoral concreta deverá haver um empenho de mentalização a respeito do que é do que vem a ser viver a comunidade fraterna. Há uma queixa constante a respeito do tema das comunidades de base em suas concretizações: não há sólida formação das lideranças. Não se trata aqui de uma formação intelectual, mas de uma formação de critérios fraternos. Os centros de treinamento poderiam ser animados por religiosos, especialistas na vida fraterna. As meditações comunitárias, as partilhas do evangelho efetuadas nesses grupos podem ser orientadas pelos religiosos, mas sempre com um cuidado enorme de não abafar lideranças. O contacto dos religiosos com estes grupos é fator de revitalização de sua própria espiritualidade e a vida das comunidades de base pode dar aos membros de institutos religiosos mais vigor e mais veracidade. É um jogo que vai de um lado para o outro incessantemente. Os religiosos colaboram assim no empenho de se refazer o tecido fraterno da Igreja e transformar o grupo cristão numa verdadeira comunidade fraterna.

4. Ver, julgar e agir

A análise calma do documento de Puebla mostra que há um esforço constante de aplicar à realidade latino-americana o famoso tríptico do ver, julgar e agir. Sempre que se aborda um problema há uma tentativa de análise da realidade, uma iluminação da mesma com o Evangelho e ao mesmo tempo o traçar certas linhas de ação ou de dinamização. Esse método tão conhecido na Igreja pelos movimentos de Ação Católica é o método de ação pastoral de Puebla. Em nossa época de profundas transformações somos levados a adquirir um sadio espírito crítico frente a tudo. Muitas vezes, nós religiosos, fomos educados a aceitar as coisas como elas são. Hoje somos levados a lançar sobre toda a realidade (social, eclesial, estruturas de vida religiosa, etc.) um olhar crítico.

Há um primeiro momento descritivo. Fazemos um esforço de **ver** a realidade tal qual se apresenta. Tentamos ver as teorias que alimentam certas práticas e defendem certas posições. Não podemos ter um olhar ingênuo frente às coisas, às pessoas e às estruturas. Na realidade esse primeiro momento do ver é apenas descritivo. Está em jogo uma capacidade de bem observar, de bem verificar sem ainda querer dar explicações ou aplicar juízos críticos.

O segundo momento deste método é o **julgar.** Procuramos analisar as razões históricas que determinaram certas situações eclesiais, sociais ou dentro da vida religiosa. Vemos as razões estruturais de determinadas situações ou de certas mentalidades. Analisamos as conjunturas dos acontecimentos. Aqui entra em questão uma certa escala de valores. Esses valores serão para nós as linhas de força do Evangelho. Tudo será iluminado pe-

las exigências do Evangelho que desejamos anunciar aos homens e viver intensamente com esses mesmos homens.

O terceiro momento é o do **agir.** Tomamos posições frente a situações, estruturas, pessoas. As estruturas e posições interesseiras serão abandonadas. As teorias e tomadas de posição que afetam o progresso e o avanço do Reino serão condenadas. As teorias e tomadas de posição que afetam o progresso e o avanço do Reino serão condenadas. Tudo aquilo que deteriora e emperra o avanço da vida religiosa intensa em nossas casas e fora dela precisa ser abandonado. Dessa reflexão sobre o agir nascem linhas de conduta pessoais e comunitárias. Não somos apenas indivíduos soltos mas estamos num jogo de comunidade, num encontro de liberdades que precisam agir sobre a não-comunidade e as forças conjugadas que impedem a explosão do Reino.

Há muito nossas comunidades estão se adestrando nesse método. Capítulos gerais e provinciais insistem hoje muito num realismo frente a tudo o que nos cerca. Temos receio de uma espiritualidade vivida por religiosos individualmente ou por casas como tais que se distanciasse na realidade. A adoção desse método supõe uma certa maturidade da parte dos religiosos. Há um mecanismo de fuga presente em muitas comunidades. Preferem alguns continuar a levar as coisas como estão a ter que mudar certas maneiras de pensar ou de agir. Muitas vezes os religiosos reagem a esse método sob a capa de que eles, religiosos, prometeram absoluta fidelidade à autoridade que decide sempre o que é melhor. Nada mais pernicioso do que essa mentalidade de omissão. Nossos fundadores que já não existem mais não estariam de acordo com uma certa acomodação observada em muitas congregações, ordens e institutos hoje. Franciscanos, jesuítas, irmãs da caridade, salesianos e salesianas não temos receitas mágicas oriundas da noite do tempo nem de documentos que muitas vezes se dirigem à Igreja toda e que precisam ser confrontados com realidades concretas. Importa sempre de novo examinar até que ponto estamos vivendo nosso carisma no hoje do mundo e até que ponto as concretizações de nossa vida religiosa, tanto no que se refere aos exercícios de piedade quanto às nossas atividades apostólicas, estão na verdade. Seria lamentável que convocássemos jovens a ingressarem em nossas fileiras e os jogássemos dentro de um universo ilusório e mentiroso!

Não defendemos de modo algum um espírito de contestação adolescente. O que adiantaria levar nossos religiosos a uma espiritualidade de contestação barata? Mas é urgente que tenhamos olhos críticos frente a tudo aquilo que nos cerca. Numa época de pluralismo e de opções tão díspares importa saber onde está soprando o Espírito. Repetimos o que já foi dito: a aplicação séria do método do ver-julgar-agir supõe um mínimo de maturidade humana e religiosa. Mas esse método é o método do documento de Puebla. Diria mesmo

mais. Somos Igreja e como religiosos somos responsáveis diante de Deus de não deixar essa Igreja estacionar. Somos constantes contestadores de estados de apatia e de seguimento cego de princípios e costumes do passado. Os religiosos contestam tudo o que for acomodação em nome da virulência do Evangelho que pretendem e procuram viver.

5. Reencontrar o Cristo no homem

Nunca como em nossos dias ficou tão claro e tão patente essa encarnação de Deus no humano para sempre em Jesus de Nazaré. A Igreja esteve acostumada a conviver com a divindade de Cristo. Verdade que não se pode separar a humanidade da divindade de Cristo. Verdade que o dogma nos interdiz de dizer que uma vive separada da outra. Mas pousamos nossos olhos hoje mais do que nunca no fato de que Jesus é o homem no qual se revela a verdadeira vocação do homem todo e de todos os homens. Vivemos nesse contexto latino-americano onde Cristo aparece desfigurado no rosto de muitos irmãos. Assim como os evangelhos mostram o nosso acesso a Deus através da humanidade de Jesus como único caminho para o Pai, da mesma forma há um encontro marcado hoje com Deus através desse homem latino-americano. Os apóstolos conviveram intimamente com a humanidade de Jesus. Essa humanidade que foi libertando o homem, em união com a divindade é verdade, mas essa humanidade que perdoava, abria portas para o amanhã, vivia a dor, o sofrimento, a solidão. Cristo penetrou para sempre na humanidade para levá-la até sua plena realização. Hoje ele está presente através de sua força de ressuscitado, através do Espírito que anima a Igreja e o mundo, e hoje ele continua sua redenção sofrendo em seus membros que são os cristãos. Fazer meditação sobre a humanidade de Jesus em nossa capela conventual é útil e salutar, mas mais importante é encontrar-se com esse Cristo hoje no viver de nossos irmãos.

Mas não se trata de uma convivência com o Cristo no oprimido. A missão da Igreja será a famosa "libertação integral". Essa missão libertadora inclui antes de tudo uma dimensão histórica. É a dimensão social da fé. É a concepção ativa do cristianismo. Esse encontro com o Cristo que sofre nos seus irmãos leva de fato o homem que dele se aproxima a promover a libertação que não é mero reformismo. Esta há de ser mudança de estruturas injustas em vista de uma nova sociedade. Estas são algumas expressões do documento espalhadas através de todos os seus números.

Assim há um encontro com Cristo no humano tão carente e esse encontro faz com que nos comprometamos numa linha de libertação desses irmãos todos que têm o rosto desfigurado. Tarefa urgente e tarefa cheia de riscos, mas tarefa necessária para que os religiosos sejam fiéis ao compromisso radical assumido com Cristo.

Conclusão

Chegamos ao termo de uma breve meditação a respeito da espiritualidade que decorre de Puebla e seu relacionamento com esses milhares de religiosos espalhados desde o México até o Chile. Poderíamos dizer que os religiosos já estavam bastante preocupados com muitos desses aspectos. Não era total novidade para eles. Muitos deles já deram seu sangue e o melhor deles mesmos para esse processo de renovação da Igreja em nosso continente. Há todo um conjunto de convites para estarmos com os homens. Puebla fala de opções de uma vida consagrada mais evangelizadora. Essa consagração será cada vez mais profunda (nn. 759-763). Chama atenção para o sério e o grave dessa consagração da vida religiosa. Insiste na oração que será escuta e vivência da Palavra de Deus nas "circunstâncias concretas de nossa história". Fala em se redescobrir a atualidade do carisma dos fundadores "em resposta às novas necessidades do Povo de Deus". Os religiosos trabalharão em comunhão e a consagração religiosa será expressão de comunhão (nn. 764-768). Os religiosos não agirão separadamente de todos os planos diocesanos de ação pastoral. Finalmente a missão será mais comprometida (nn. 769-773). O documento convida entre outras coisas a que os religiosos continuem a se tornarem disponíveis para tarefas de vanguarda da missão evangelizadora. Em tudo isso trata-se sempre de um esforço de aproximação da vida do povo. Os religiosos estarão no mundo, sem serem do mundo.

O DOCUMENTO DE PUEBLA E A MISSÃO APOSTÓLICA DOS RELIGIOSOS

Cristão não significa primariamente aquele que é batizado ou professa a fé (entendida teoricamente) em Jesus Cristo (definições certas mas secundárias), nem aquele que segue a Cristo, que imita Cristo, que se reveste de Cristo (comparações certas mas imagens literárias). Cristão é quem vive em sua vida os mesmos valores e ideais de Jesus Cristo.

Pe. Mário de França Miranda, SJ
Rio de Janeiro, RJ

O tema, que me foi proposto, parece, à primeira vista, dever ocupar-se com objetivos pastorais concretos, escolhidos pelos bispos latino-americanos ou ainda com os "meios" e as "modalidades" que melhor realizem tais metas apostólicas. Se fôssemos seguir esta pista teríamos que expor as opções pastorais do documento, bem como os meios que ele oferece para realizá-las, procurando então ver o que daí resultaria para a atividade evangelizadora dos religiosos como tais. E contudo este caminho nos é barrado pelo próprio documento, tornando o nosso tema mais complexo do que parecia. De fato ele afirma claramente que "**a vida religiosa em seu conjunto constitui a maneira específica de evangelizar própria do religioso**" (725). Esta afirmação, que irá mostrar toda a sua verdade ao longo desta nossa reflexão, se for realmente levada a sério e pensada corajosamente até o fim, proibe-nos conceber a vida religiosa como uma realidade em si mesma para, numa etapa posterior, refletirmos sobre a sua missão apostólica; para o documento a evangelização, ou missão, é elemento integrante da própria vida religiosa. Sendo assim não devemos admirar-nos de que a teologia da vida religiosa tenha um lugar saliente neste estudo; e deve tê-lo, pois o que afirma Puebla é um desafio para nós: **ou a vida religiosa evangeliza pelo que ela é ou ela não consegue se justificar como uma vocação cristã específica dentro da Igreja.** Este desafio é sério e talvez explique certa perplexidade e mal-estar que experimentam muitos religiosos em nossos dias, mostrando

que a hora atual é de decisões corajosas, amadurecidas na oração, na reflexão e no confronto com a realidade. Devido aos objetivos deste estudo muitos temas aqui pressupostos ou mesmo tematizados não poderão receber a amplitude de tratamento e de fundamentação, que lhes caberiam.

Antes de abordarmos a vida religiosa no contexto latino-americano iremos primeiramente refletir sosobre o ser-cristão em nosso continente, já que a vida religiosa se entende como a vida cristã radicalmente vivida; uma parte final procurará mostrar brevemente alguns elementos que condicionam o processo de conversão que desemboca nas mencionadas decisões inadiáveis. Com isto já temos a divisão deste estudo.

I. SER-CRISTÃO HOJE NUM CONTEXTO LATINO-AMERICANO

A consagração religiosa só pode ser entendida na perspectiva da consagração batismal, como nos adverte o Concílio Vaticano II (PC 5); daí partimos do "ser-cristão" para entendermos o "ser-religioso".

O cristão é um seguidor de Cristo, alguém que vive sua mensagem, seus valores, suas opções, ou mais brevemente, alguém que re-produz em si a **atitude profunda** que caracteriza a pessoa de Jesus Cristo. Esta atitude, por sua vez, só pode ser captada no horizonte do Reino de Deus: indo ao encontro das esperanças de seus contemporâneos Jesus Cristo anuncia, com a sua presença, o irromper do domínio de Deus entre os homens (Mt 4,23). Sua mensagem concentra-se em torno de dois pólos: que Deus é Pai oferecendo-nos gratuitamente a salvação e que a resposta do homem consiste em acolher seu semelhante à imitação do Pai (LC 5,44; 6,36).

Esta mensagem salvífica chegou até nós primeiramente através das **palavras** de Cristo; de modo especial suas parábolas revelam a imagem de Deus como de um Pai cheio de amor e de misericórdia, de fácil acesso, pronto para o perdão; dele recebemos gratuitamente a salvação excluindo-se qualquer auto-redenção humana baseada nas próprias obras. Por sua vez o homem acolhe esta salvação, entra no Reino de Deus, na medida em que responde ao Pai no irmão, aceitando, ajudando, amando e indo ao encontro de seu próximo (Lc 10,30-37). Este levar a sério o seu próximo, como próximo, acontece por força da ação de Deus em nós (Espírito), e não deixa de ter uma repercussão em nível social: cada vez que ela se dá o mundo se torna mais justo, fraterno, solidário.

Esta mensagem salvífica chegou até nós também através da própria **vida** de Cristo; de fato ela constitui o núcleo mais profundo de sua pessoa. Sua referência, seu relacionamento, sua entrega ao Pai foi uma constante em sua vida, de tal modo que não podemos entender sua pessoa e seu agir a não ser no horizonte da obediência perfeita à vontade de Deus (Jo 4,34; 5,30; 10,18).

E porque viveu radicalmente não para si mas para o Pai, viveu radicalmente para os homens partilhando suas alegrias e sofrimentos, curando-os de suas enfermidades, trazendo-lhes o perdão dos pecados e fazendo-os experimentar o autêntico amor fraterno. Sua atitude contagiava os que dele se aproximavam de coração aberto, dando início à convivência humana justa e fraterna e fazendo realmente irromper entre os homens o Reino de Deus (Mt 12,28; 25,40).

Esta dupla fidelidade, ao Pai e aos homens, caracteriza a atitude fundamental de Jesus Cristo, levando-o a relativizar tudo o mais: leis, culto, conveniências, tradições, detentores do poder ou grupos religiosos (Mc 2,23-28; 7, 8-13). Esta atitude, bem como a imagem de Deus e a concepção do homem com ela conexas (Lc 18, 5-14) constituiu uma provocação e uma ameaça para o mundo eclesiástico de seu tempo; somente ela explica porque Cristo foi hostilizado, perseguido, torturado e assassinado, somente ela especifica sem mais sua pessoa, e dela deve nascer a **compreensão** e o **discurso** do que é **cristão,** caso queiramos transpor a periferia do cristianismo.

Portanto cristão não significa **primariamente** aquele que é batizado, ou que professa a fé (entendida teoricamente) em Jesus Cristo (definições certas, mas secundárias), nem aquele que segue a Cristo, que imita Cristo, que se reveste de Cristo (comparações certas, mas imagens literárias). Cristão é quem vive em sua vida os mesmos valores e ideais de Jesus Cristo, construindo em si aquela atitude de fundo que lhe era característica. Logo o cristão é tal por sua vida concreta, enquanto procura re-produzir nela, embora imperfeitamente, a atitude básica de Jesus Cristo; dando à sua vida a mesma orientação fundamental, determinante da vida de Cristo: ele vive para o Pai, corre a aventura do amor cristão e realiza em si e à sua volta o Reino de Deus.

A resposta do cristão ao Pai, dando-se no relacionamento com os homens, tem necessária e intrinsecamente uma dimensão social, visível, verificável. E num mundo marcado pelo pecado e pelo egoísmo, numa sociedade que só entende a linguagem do lucro, da eficácia e do utilitarismo, recebe a opção cristã a característica de **testemunho;** de fato o amor fraterno, com tudo de renúncia que ele implica, não consegue justificar-se por lógica alguma desta terra, não consegue explicar-se a não ser no horizonte do apelo do Pai: a referência ao Transcendente, o testemunho do amor do Pai é tão intrínseco ao ser-cristão como o brilho a uma chama. Naturalmente a opção cristã do homem é uma realidade histórica como ele próprio, dando-se num processo e admitindo um crescimento; do mesmo modo o testemunho cristão pode crescer em autenticidade, univocidade e transparência.

Visto não mais abstratamente mas na hodierna realidade latino-americana, o ser-cristão vai nos revelar uma outra característica, implicada na resposta do homem ao convite salvífico de Deus em Jesus Cristo. De fato, como denun-

cia vigorosamente o documento de Puebla, a sociedade em nosso continente é constituída por estruturas injustas que dominam, oprimem e exploram o homem, reflexo de uma dependência externa que promove e usufrui tal situação; o que move tal sociedade não são as necessidades do homem, mas a avidez do lucro e a sede de consumo. Suas conseqüências clamam diariamente às nossas portas: pobreza, fome, mortalidade infantil, enfermidades crônicas, subemprego, salários injustos, violência, etc. Uma tal sociedade é visceralmente anti-cristã porque dificulta e obstaculiza a realização e o crescimento do Reino de Deus, já que estorva ou impossibilita a resposta do homem ao Pai. Desde seus primeiros anos respira ele a atmosfera materialista e injusta do meio onde vive, assimilando inconsciente as racionalizações que visam justificá-la e legitimá-la, fazendo-o passar ao lado do homem caído na estrada sem reconhecê-lo como seu próximo. Além disso os modelos e os exemplos valorizados por esta sociedade encarnam ideais diametralmente opostos à opção cristã, fraterna e desinteressada, diminuindo a irradiação e a força atrativa e martirial dos cristãos autênticos. E quem quiser, remando contra a corrente, concretizar um relacionamento com seus semelhantes, fundamentado no amor e na justiça, terá que ir contra as regras do jogo desta sociedade, sentirá na carne as conseqüências de seu gesto e terá que renunciar a seu projeto para sobreviver economicamente; os que perseveram acabam por emigrar de sua classe social, optando por um padrão inferior de vida; este gesto profundamente cristão, conseqüente, beira contudo o heroísmo, e não pode ser exigido de todos. Não é de admirar que os cristãos tenham uma consciência cada vez maior do empecilho que representa esta injustiça institucionalizada para o Reino de Deus. Daí ter necessariamente o cristão na América Latina uma postura **crítica** diante desta sociedade, denunciando profeticamente suas estruturas de pecado e comprometendo-se, na medida de suas possibilidades, na **luta pela justiça.** Chegamos a esta conclusão partindo, não de ideologias discutidas, mas das exigências evangélicas do próprio ser-cristão. Daí afirma o documento de Puebla que "nossa conduta social é parte integrante de nosso seguimento de Cristo" (476; ver ainda 327), daí ter feito a Igreja Latino-americana a opção preferencial pelos pobres e oprimidos (1134 — 1165).

II. SER-RELIGIOSO HOJE NUM CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Tudo o que foi dito até aqui é não só pressuposto para a compreensão da vida religiosa, mas tem para ela valor **normativo.** E a razão é simples: o ser-religioso não se opõe ao ser-cristão; pelo contrário, supõe-no e especifica-o, ao apresentar este último numa determinada modalidade de viver a vocação batismal no inferior da Igreja. Esta modalidade específica não se caracteriza, como já se pensou,

pelo chamado à perfeição. De fato todo cristão é chamado à perfeição, como deixou claro o Concílio Vaticano II (LG 39), e portanto melhor estado de vida para aí chegar é o que corresponde à vontade de Deus para cada um, como leigo ou religioso, na família ou na vida consagrada. Também a característica própria do ser-religioso não está na atitude profunda (livremente assumida e marcante para sua vida) diante do Pai e diante de seu semelhante; de fato o cristão como o religioso são "seguidores de Cristo". Estará a identidade do religioso em ser "sinal dos bens escatológicos", como se ouve dizer? Entretanto a gratuidade do gesto e a renúncia a bens terrenos, implícitas na vocação cristã autêntica, como vimos mais atrás, confunde e deixa perplexa a lógica humana, apontando para uma realidade que transcende a miopia interesseira da sabedoria deste mundo. Todo cristão assinala, visibiliza, testemunha sua fé no Pai que o chama para o Reino, sua esperança de experimentá-lo, em sua plenitude e sua caridade promotora deste Reino na história. Assim também o cristão é sinal dos bens escatológicos. Não haverá então diferença entre o cristão e o religioso? Existe, mas não na estrutura fundamental, e sim no **modo** de vivê-la. O religioso pretende viver sua vocação cristã **radicalmente** por uma consagração total de sua vida para o Reino de Deus; esta consagração total apenas exprime o seu desejo de fundamentar radicalmente sua vida em Deus e concretiza-se na renúncia deliberada de constituir família, ter e usufruir bens e gozar de uma justa autonomia em sua existência. Tanto mais forte o testemunho, tanto mais claro o sinal, quanto mais radical a renúncia. Se o testemunho do cristão pode se manifestar parcial ou intermitentemente devido a seus afazeres familiares e profissionais, compreensíveis no interior de uma lógica iminente a este mundo, o testemunho religioso é **total** e **permanente;** é toda a sua existência que está em questão e que é assim percebida, pois ele faz da renúncia a sua modalidade de vida; seu testemunho é **radical:** ou se olha para onde ele aponta ou se considera sua vida um absurdo. É aqui que se põe o **específico** do seguimento radical de Cristo na vida religiosa: não que o religioso, por ser tal, seja superior a um simples cristão na vivência dos valores evangélicos; a diferença não está na atitude cristã, como já vimos, e a própria realidade se encarrega de refutar uma tal pretensão. A vida religiosa se distingue e se justifica como tal pelo radicalismo de seu seguimento no nível do testemunho; seu carisma é ser na Igreja o sinal unívoco, o sacramento eficaz do amor do Pai revelado em Cristo. Isto deve ser afirmado da vida religiosa enquanto tal; naturalmente vai depender de cada religioso viver a verdade ou a mentira de sua consagração, realizar ou não existencialmente o que significa o estado religioso. No ponto em que chegamos já podemos entender as reiteradas afirmações do documento de Puebla sobre a vida religiosa como meio privilegiado de evangelização eficaz (739), testemunho autêntico do Reino de Deus (742), expressão vital dos valores evangélicos (761). Assim a missão

específica da vida religiosa na Igreja é a de ser agente evangelizador pelo que ela é, previamente a qualquer obra ou serviço determinado, assumido por alguma Congregação; a obra ou o serviço podem ser realizados por outros, mas não o testemunho apostólico e evangelizador da vida religiosa. Com isto chegamos à afirmação de Puebla que inspirou toda esta reflexão: "a vida religiosa em seu conjunto constitui a maneira específica de evangelizar própria do religioso" (725).

Olhemos agora para nossas casas, nossas comunidades, nossas obras, nossa Congregação e perguntemo-nos com sinceridade: evangelizamos realmente pelo que somos? testemunhamos de fato valores escatológicos? deixamos nossos contemporâneos perplexos com a nossa vida? visibilizamos para a sociedade o amor do Pai, assinalamos sua força, vitoriosa em nós? Ou já estamos de tal modo integrados à paisagem deste mundo que deixamos de ser sinais? Se somos de fato sinceros devemos confessar que a afirmação **teológica** de Puebla não tem a validade **sociológica,** que deveria lhe ser própria; sentimos a consciência pesada e um certo mal-estar que não nos deixa. A reforma da vida religiosa, levada a cabo nos anos que se seguiram ao Concílio Vaticano II, limitou-se mais à vida interna das comunidades (vida mais humana, respeito maior à pessoa, vida espiritual mais partilhada, comunidades menores, liturgia mais pessoal) e a uma maior adaptação ao mundo moderno (maior inserção, certa secularização, algum consumismo). O problema de fundo não foi resolvido: persistiu a divergência entre o genótipo e o fenótipo da vida religiosa, entre o que ela é e o que dela transparece. Este fato aberrante requer de nós uma reflexão complementar.

A história da vida religiosa na Igreja já nos indica uma pista de solução: todo carisma religioso surgiu numa situação concreta da Igreja e da sociedade para obviar dificuldades específicas desta situação. Não podemos conceber o carisma franciscano fora do contexto de uma Igreja opulenta e politizada, e de uma sociedade que passa de feudal a urbana; não podemos entender o carisma inaciano prescindindo da decadência da Igreja renascentista, da reforma luterana e da conseqüente perda da credibilidade eclesial. Estes dois exemplos (poderíamos trazer uma série deles) nos mostram como o carisma religioso se conscientiza, se constitui, se determina, se desenvolve e se exprime **sempre** num contexto bem concreto; sua identidade teológica não pode dispensar as mediações sócio-culturais, através das quais se dá o apelo de Deus e se configura a resposta do homem (756). Todo discurso sobre o carisma religioso com abstração de uma situação histórica concreta, mesmo que se apresente como uma elaboração teórica bem estruturada, mesmo que desempenhe bem o papel de legitimação ideológica para os membros de um instituto, é um discurso equivocado. Pois considera a vida religiosa como uma grandeza absoluta, a-histórica, quando ela está sempre relacionada com a Igreja e a sociedade em suas necessidades; caris-

ma diz "serviço a". Com outras palavras, a vida religiosa define-se, sem mais, a partir de uma **missão** concreta.

Nesta perspectiva brota espontaneamente em nossas mentes a questão: onde estão hoje as necessidades dos homens e da Igreja, onde os apelos de Deus, onde a missão da vida religiosa? O documento de Puebla descreve a realidade latino-americana com coragem e realismo; neste quadro doloroso os apelos de Deus se fazem ouvir pela existência sofrida da grande massa de homens, oprimidos social, política e economicamente, marginalizados do desenvolvimento, sem voz e sem vez, e em cujos rostos humilhados o Cristo nos interpela (31-41). Já vimos mais atrás como o ser-cristão implica neste contexto concreto o compromisso na luta pela justiça em favor dos pobres, e como é aqui que seu testemunho ganha autenticidade e transparência. O mesmo vale para o ser-religioso que se distingue do ser-cristão apenas pelo radicalismo da consagração religiosa (testemunho total e permanente); logo a vida religiosa, como tal, se define e se justifica na situação atual do nosso continente como compromisso **radical** na luta pela justiça em favor dos pobres. Numa sociedade egoísta e consumista um tal testemunho será de fato provocante e significativo, a renúncia implícita na vivência cristã radical brilhará aos olhos de nossos contemporâneos e a vida religiosa readquirirá sua credibilidade e sua força na Igreja, pondo fim não só ao mal-estar hodierno mas também, quem sabe, à crônica falta de vocações. E com isto chegamos ao final da nossa reflexão; sintetizando poderíamos dizer: a vida religiosa evangeliza a partir do que é, a partir de sua missão apostólica (carisma); hoje, na América Latina, isto significa: evangelizar a partir do compromisso pela justiça em favor dos pobres, qualquer que seja a modalidade possível de tal compromisso.

À luz deste estudo recebem as afirmações de Puebla concernentes à missão apostólica da vida religiosa uma compreensão mais profunda, aparecendo as mesmas como corolários do que vimos. Assim os bispos "estimulam os religiosos à fidelidade ao carisma original" e simultaneamente "à adaptação às necessidades do Povo de Deus", para que suas atividades apostólicas alcancem "maior força evangelizadora" (772); com isto se condena a utilização de religiosos na pastoral apenas para suprir a falta de sacerdotes ou de leigos, realizando somente o que estes poderiam fazer; esta visão funcionalista do religioso opõe-se diametralmente ao documento. Depois do que vimos não é de admirar que os bispos incentivem os religiosos a assumirem "um compromisso preferencial pelos pobres" (769), as missões mais difíceis e arriscadas, os postos de vanguarda evangelizadora (771), as regiões pastoralmente mais desamparadas (773) e setores-chave da atividade humana (770), correspondentemente ao radicalismo de sua vocação cristã. Tudo isto supõe uma maior inserção na vida da Igreja Particular, que requer da parte dos

religiosos conhecimento e respeito pela missão pastoral do bispo, e da parte deste a mesma atitude com relação ao carisma religioso; mas mesmo assim as tensões são inevitáveis e só poderão ser eliminadas pelo diálogo sincero e pelo discernimento autêntico (737).

III. DA TEO-LOGIA À TEO-PRAXIS

Não é fácil ser religioso como a hora e a situação presente nos pedem, na perspectiva do pobre e do oprimido. A vida, por vezes, tensa que levamos com nossos compromissos, nossas atividades diárias, não nos deixa tempo e disposição para encararmos de frente este desafio; e nos momentos preciosos de calma e de silêncio tranquilizamos nossas consciências e fugimos das opções concretas; justificações e racionalizações não nos faltam: afinal estamos fazendo o que a Igreja e a Congregação querem de nós, nosso trabalho promove sem dúvida o Reino de Deus, já deu frutos no passado, e além disso não temos mais disposição e forças para nos capacitarmos a evangelizar na linha da luta pela justiça. No fundo temos medo, pois percebemos que muitos pontos de apoio, responsáveis pelo nosso sentimento de segurança, encontram-se ameaçados, caso comecemos a viver a vida religiosa na perspectiva do pobre e do oprimido. Portanto é bom que fique de antemão bem claro: deixar as tradições, as seguranças e as glórias do passado e aventurar-se no seguimento de Cristo pobre e na luta pela justiça nunca se tornará realidade sem uma autêntica **conversão** de nossa parte. Esta conversão é o grande desafio feito hoje à vida religiosa; dela depende que esta seja de fato testemunho, sinal para nossos contemporâneos, dela depende que esta seja simplesmente vida religiosa, dela depende sua sobrevivência e seu futuro.

Esta conversão pressupõe que nos abramos ao apelo de Deus através da mensagem e da figura de seu **Filho** e através da **realidade** que nos cerca. O Novo Testamento nos indica que o objetivo supremo de toda e qualquer espiritualidade cristã é levar o homem a uma atitude de entrega total ao Pai (e aos homens) no seguimento de Cristo pobre; mas nós aí não chegaremos enquanto não soubermos concreta e existencialmente o que é a vida desamparada do pobre. Nossa proveniência social, nossa formação, nossas relações e amizades, nossas estruturas e nossa reputação protegem-nos dos golpes duros, das preocupações dramáticas e da vida humilde das classes mais pobres. Daí a importância única de um certo contato com ela: temos que romper a barreira da classe social onde vivemos e que nos condiciona sentimentos, idéias, desejos e aspirações, dificultando-nos entender, aceitar, assimilar e executar o apelo do Espírito expresso em Puebla. O contato real com o pobre nos evangeliza, nos transforma, nos converte, nos faz ver a realidade noutra perspectiva. Aí então estaremos entrando num autêntico processo de

discernimento sobre a verdade assinalativa da própria Congregação, sobre sua missão hoje e o modo de realizá-la; processo complexo que requer tanto a conversão do coração como uma inteligente leitura da realidade, generosidade pessoal e espírito crítico, entrega sóbria e diária a Cristo no pobre e conhecimento das causas geradoras da miséria. Neste processo a **conversão** implica portanto a **conscientização** e esta supõe a **inserção**; as duas primeiras atingem todos os religiosos, do que vimos na parte precedente, mas não a inserção, pois há opções pelos pobres na luta pela justiça que impedem o viver habitualmente com eles.

Daí podermos enumerar três modalidades principais de se concretizar, em nosso continente, a missão evangelizadora, própria da vida religiosa, segundo o princípio: todos vivam **pelos** pobres, muitos **com** os pobres e alguns **como** os pobres.

TODOS VIVAM PELOS POBRES: todo e cada membro da Congregação deve visar em suas atividades, quaisquer que sejam, ao serviço da fé e à promoção da justiça; os trabalhos empreendidos pelos religiosos serão executados sempre na perspectiva do pobre, quer se situem no campo educacional, paroquial ou assistencial, seja com as classes pobres, seja com as mais favorecidas. Se alguma obra em nada contribui para a promoção da justiça ou nos impede trabalhar nesta linha, então dever-se-ia refletir seriamente sobre a validez desta atividade.

MUITOS COM OS POBRES: muitos devem viver mais diretamente a solidariedade com os pobres, e isto diversamente: a) numa linha de **assistência:** procurando remediar os apelos urgentes e dramáticos dos subnutridos, dos enfermos, dos analfabetos, dos abandonados e dos desamparados, como vem realizando inúmeras Congregações Religiosas na história do cristianismo. Esta modalidade de testemunho religioso é válida e necessária, porém nunca deveria estar sozinha, para não se reduzir a paliativos e criar dependências; b) numa linha de **conscientização**: procurando explicitar para o oprimido a consciência de sua dignidade como pessoa humana e como cristão, de seus direitos, dos interesses ocultos dos que detêm o poder, das estruturas injustas que eles geram e mantêm, da força que podem ter, se unidos e organizados; c) numa linha de **promoção:** procurando ajudar os pobres a resolverem, eles próprios, os seus problemas, estimulando-os e apoiando-os na formação e organização de grupos, na escolha de objetivos e meios.

ALGUNS COMO POBRES: procurando viver realmente a vida dos pobres; é a **inserção** concreta entre os mais carentes da sociedade, que pode ser **parcial** (vida e moradia entre eles, porém com outro local de trabalho) ou **plena** (partilhando o mesmo trabalho e lazer que eles). A inserção de alguns membros é necessária para todo o corpo de uma Congregação, pois são estes que, experimentando na própria carne os sofrimentos, as humilhações, as revoltas e as inseguranças do pobre, conseguirão olhar a realidade

a partir de baixo, comunicando suas vivências aos irmãos religiosos.

Este é o processo de conversão que desencadeia o documento de Puebla ao afirmar ser a vida religiosa a maneira específica de evangelizar do religioso (725); naturalmente por ser a vida religiosa sinal evangelizador na Igreja esta afirmação a atinge em cheio, também na dimensão de vida de oração e de vida comunitária. Tais temas merecem um tratamento à parte, mas uma conclusão se nos impõe: se a nossa vida não se mostrar como uma vida de trabalho, de serviço, simples e frugal, então deveremos duvidar de nossa oração e de nossa conversão.

Numa sociedade que endeusa o lucro, o consumo, o egoísmo e a ambição, a vida religiosa deve se apresentar como serviço desinteressado, solidário com o pobre, comprometido com a luta desigual pela justiça; então ela "aparecerá" aos olhos de nossos contemporâneos como o que ela "é", e sua força apostólica se fará sentir na Igreja como, aliás já vem acontecendo.

A OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES

O empobrecido desenvolve hábitos que consideramos virtudes morais: não acumula, partilha; não se fecha, convive; não foge, acolhe; não complica nem explica, aceita e respeita; não limita, em sua compreensão do mundo cabe tudo, de tudo e de todos. É solidário, aberto, simples, respeitoso. Espera mais em Deus do que nos homens.

Pe. Rogério Ignácio de Almeida Cunha, SDB
Belo Horizonte, MG

Em conversa com vários grupos de pessoas: Bispos, coordenadores de pastoral, leigos agentes de pastoral, ou simplesmente interessados no assunto, estudantes de teologia ou de quaisquer outras matérias, ministros da eucaristia e membros de grupos populares de reflexão, colegas de trabalho e de apostolado, irmãos de fé e de congregação..., notei o aparecimento repetido de algumas interrogações. Aos poucos percebi que não eram simplesmente repetidas, mas fundamentais. São perguntas-chave, às vezes curiosas, às vezes inquietantes, às vezes — sempre! — exigentes — aliás, a exigência da pergunta e da situação a que ela se refere provocou aprofundamento vital da reflexão. Procurei então costurar estas questões num contexto amplo, lógico, que lhes dê um sentido mais profundo que os limites de cada interrogação.

A 'Opção preferencial pelo Pobre' de que falam os Bispos reunidos em Puebla suscita principalmente três questões centrais:

Quem é o pobre?

Se a pobreza é um escândalo anti-evangélico, como é que o pobre é 'bem-aventurado', 'está mais perto de Deus', e tem até mesmo um 'potencial evangelizador'?

Que significa então, em atitudes concretas, optar pelo pobre?

Minhas reflexões teológicas se desenvolveram no seio de uma análise prévia bastante prolongada. Elas não se acrescentam à reflexão já feita, mas é parte e até mesmo 'dimensão' das análises histórica, sociológica, lingüística. Entretanto, suponho aqui estas análises, às quais aceno apenas

na medida do necessário e possível. Por isto é que em vários lugares a reflexão de fé se exprime numa linguagem quase auto-biográfica. De que valeria responder a perguntas vitais de outros, se não as fizesse minhas? Acabei pensando a vida.

1. QUEM É O POBRE?

Comecei pelo que me parece ser o começo: o que de fato existe são os pobres — do que eles vivem é que podemos aprender o que seja 'pobreza' seja qual for o sentido ou nível da palavra. É ao redor do pobre que se situam as outras perguntas: a opção, a bem-aventurança, o potencial evangelizador, a comunhão-e-participação.

1.1. O pobre é o empobrecido, que sofre carências por causa de um sistema histórico de injustiça. Não vamos aqui fazer análise social. Vamos tomar o documento de Puebla como um testemunho ocular válido e esclarecido. Aí saberemos pelo menos quem é o pobre em favor do qual Puebla fez sua opção.

O número 1135 resume, numa nota, toda a 'visão sócio-cultural da realidade da América Latina', que abrange os números de 15 a 71 — os números se referem sempre à edição oficial definitiva, salvo explícita menção em contrário.

Os Bispos escrevem:

"A imensa maioria de nossos irmãos continua vivendo em uma situação de pobreza e até miséria, que veio se agravando... eles carecem dos mais elementares bens materiais em contraste com a cumulação de riquezas nas mãos de uma minoria, muitas vezes às custas da pobreza de muitos. Os pobres não só carecem de bens materiais, mas também, no plano da dignidade humana, carecem de uma plena participação social e política. Nesta categoria se encontram principalmente nossos indígenas, camponeses, operários, marginalizados pela cidade e, especialmente, a mulher desses setores sociais, por sua condição duplamente oprimida e marginalizada".

Este texto tem três frases muito ricas. A primeira dá as quatro características atuais da pobreza, ou seja, da realidade escandalosa que exige a Opção (1154.281). Os elementos são: carência de bens fundamentais materiais; agravamento histórico da carência; contraste com a acumulação de poucos; marginalização estrutural, segundo a qual a acumulação é estrutural e se processa às custas da pobreza da maioria.

A segunda frase aprofunda a pobreza em termos de humanismo e antropologia. Ela acena à: marginalização social e política (e cultural), desrespeito à dignidade humana.

A terceira parte enumera as pessoas de quem se trata (compare com os nn. 31-37).

Tendo em vista a lista de pessoas, podemos resumir a primeira frase numa palavra só: carentes. A segunda frase nos permite usar sem receio uma palavra ainda mais forte: injustiçados. Os carentes injustiçados são precisamente os grupos humanos que constituem os empobrecidos.

Os pobres são, pois, os empobrecidos. A causa do empobrecimento é o sistema social e político de acumulação da riqueza, do poder e do saber. Eles não são apenas carentes. Mesmo ainda no plano material, eles foram empobrecidos, foram feitos carentes. Foram até feitos mais carentes que as pessoas que ocupavam a mesma posição econômica e social há alguns anos, ou em outros lugares. A sociedade dos ricos ficou mais rica, eles ficaram pelo menos parados. São até mais pobres que si próprios — é sabido que o salário mínimo real de hoje não corresponde nem a dois terços do salário real de há 14 anos atrás (V CNBB, Subsídios para uma política social, nº 48).

O efeito mais visível é a marginalização. Desde que o sistema de riqueza apóia a vida sobre a acumulação de bens, o carente não pode se afirmar e é empurrado para a margem da cidade, da vida, dos acontecimentos. O carente é já, de per si, dependente, forçado a atitudes submissas. Muitas vezes compreendemos tais atitudes sem mais como qualidades morais, sem nos perguntarmos porque é que o pobre é humilde, generoso, disponível, aberto, receptivo...

Nesta marginalização se concretiza o desrespeito permanente à dignidade humana, à dignidade divina do homem. Este é o pobre que necessita de solidariedade. É o pobre histórico.

Ora, se este pobre é, na história a própria encarnação da indigência, da impotência e da ignorância de onde lhe vem o poder supremo que é a evangelização e a própria salvação? Porque é que o Pai "toma a sua defesa e o ama"? (1142) a ponto de que ele se torne o sinal por excelência da missão de Jesus, e portanto da salvação de toda criatura? Se a pobreza é um mal antievangélico, como é que o pobre é 'bem-aventurado', e, como é que podemos chegar a falar de 'pobreza cristã"? — O que é que a torna 'cristã'?

1.2. O empobrecido é sacramento da libertação.

1.2.0. O predileto de Deus.

Os homens todos fomos criados à imagem e semelhança de Deus para sermos seus filhos, porém nos pobres "esta imagem jaz obscurecida e também escarnecida. Por isso Deus toma sua defesa e os ama. Assim é que os pobres são os primeiros destinatários da missão e sua evangelização é sinal e prova por excelência da missão de Jesus" (1142). Este é um 'aspecto central da Evangelização', que o Papa assume, não apenas por se sentir solidário para com os pobres, como também porque os considera "os prediletos de Deus", a quem Jesus foi enviado e para quem fundou sua família, a Igreja. (1143). O fundamento teológico mais profundo torna-se explícito na proclamação feita pela Virgem Mãe de Deus, de que "O Senhor... exalta os humildes e sacia os famintos". Em decorrência disto, "A salvação de Deus tem muito a ver com a justiça para com os pobres".

Ainda aqui, pois, trata-se do pobre que necessita de solidariedade,

não daquele que é pobre por solidariedade. O 'pobre' fonte de bem-aventurança é o pobre histórico, aquele a quem a nossa sociedade cria, explora e esmaga, não aquele que assume por solidariedade ou qualquer outro motivo a condição de pobre. Em ninguém mais que no pobre histórico podemos pensar, quando ouvimos a voz do Juiz supremo: "Vinde, benditos de meu Pai, porque eu tive fome e me destes de comer!"

Ninguém mais que ele realiza em carne e dor a aniquilação **(kénosis)** total assumida pelo Filho de Deus. Porque é que exatamente este pobre é, dentro da história, um sinal visível e eficaz de que o Reino de Deus está no meio de nós? Vamos antes buscar uma resposta em Jesus, nos Profetas, na Virgem, Mãe de Deus. Depois então podemos ver como isto acontece hoje entre nós.

1.2.1. Jesus e os pobres.

Como se comportou Jesus — o Cristo — perante os pobres de seu tempo? Referindo-se aos ricos, Jesus diz que "é mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha de que um rico entrar no reino" (Mt 19,24; veja os 'ais' de Lc 6, 24 ss).

Aos sábios, letrados na ciência e na Lei, o Divino Mestre dirige uma violenta catilinária, pontilhada de invectivas indignadas:

"Ai de vós... porque fechais aos homens o reino dos céus; nem entrais vós, nem deixais entrar aqueles que querem entrar... Ai de vós... que desprezais o mais importante da Lei: a Justiça, a misericórdia e a fidelidade. Guias cegos, que coais um mosquito e engolis um camelo! Sepulcros caiados, formosos por fora mas por dentro cheios de ossos de mortos e e toda espécie de imundície" (Mt 23).

A respeito dos poderosos, Jesus se digna, com apenas uma pincelada, desmontar a base mais profunda da autoridade humana: "devolvei a César apenas o que é de César, e dai somente a Deus o que é de Deus" (paráfrase de Mt 22,21). Só Deus é Deus! Autoridade nenhuma entre os homens pode se arrogar ou simplesmente aceitar de outro homem a sujeição devida ao Criador e Salvador. O próprio Jesus, na introdução ao diálogo acima referido com o jovem rico, rejeita a homenagem do jovem, dizendo que unicamente Deus é bom, e só a sua autoridade tem direito a ser reverenciada como suprema.

Ao carente e indigente, impotente e subjugado, Jesus dedica com prioridade sua atividade. Ele admira a fé do centurião que, embora investido de autoridade hierárquica, pede sinceramente pelo próprio servo (hoje diríamos que o centurião se solidarizou com o servo...) Jesus escolhe as crianças, agradecendo a Deus que "escondeu estas coisas aos sábios e aos entendidos e as revelou aos pequeninos" (v. Mt 8, 5-13; 11,25).

(Para a interpretação e escolha dos textos bíblicos, me utilizo normalmente da Bíblia de Jerusalém, tendo em vista outros exegetas modernos. Em especial o texto 'dai a César' é interpretado por Pinchas Lapide, especialista em cultura e língua hebraica, professor da Uni-

versidade de Jesusalém, ex-adido cultural na Embaixada de Israel no Rio de Janeiro).

Aos pobres Jesus dirigiu um encorajamento inédito: "Alegrem-se os empobrecidos, porque têm tudo a ganhar com a chegada do Reino de Deus"! (veja Mt 5, 1-12 e Lc 6, 20-26). Seu comportamento perante a mulher, que Puebla chama 'duplamente oprimida' (1135, nota) foi de consciente aproximação e respeito. Se perante todos a adúltera era sabidamente pecadora, ele se ergueu entre ela e os acusadores: "Quem for isento de pecado, atire a primeira pedra" (Jo 8, 1-11). Da prostituta da Samaria ele fez sua anunciadora (Jo 4,4-42). Não creio ser casual que ambas as cenas sejam descritas pelo discípulo preferido, consagrado na tradição cristã como o apóstolo do amor.

1.2.2. Os pobres no povo escolhido.

Jesus se coloca, com isto, em perfeita sintonia com o Antigo Testamento, que ele viera elevar à plenitude. Já no Êxodo, Deus promete tomar o partido mais fraco: "Não fareis mal algum à viúva e ao órfão, se lhes fizerdes algum mal, clamarão por mim e eu escutá-los-ei" (Êx 22,22 cfr. Dt 10,18). E o faz sem meias medidas, porque quando o "Senhor se levanta, seus inimigos se dispersam... Tal como se dissipa completamente o fumo, e ao contacto com o fogo se derrete a cera, assim se dissipam os ímpios na presença do Senhor" (Sl 8, 2-3).

E epopéia triunfal do Salmo 68 e o Hino de louvor do Salmo 46 mostram um Deus potente, incondicionalmente partidário dos mais fracos, porque "seu sangue é precioso a seus olhos" (Sl 72, 14).

Estes não são apenas os estrangeiros, órfãos e viúvas, a quem a própria 'natureza' se encarregou de depauperar e tornar indefesos. A reflexão bíblica é sempre visceralmente histórica. Deus liberta os prisioneiros e marcha à frente de seu povo oprimido e libertado. O salmista celebra a glória de Deus, Senhor do universo cósmico, e o poder daquele que se manifesta sempre ao longo da história de seu povo. O poder de Deus, do Deus de Israel, Deus de vivos e não de mortos, não está em que ele criou ventos, acalma tempestades e governa os raios. Sua glória se manifesta em plenitude porque: "restaurou as forças de seus herdeiros extenuados, restabeleceu o povo, reconforta o pobre..." (v Sl 68).

Mesmo seu poder perante as forças da natureza não é uma espécie de demonstração de halterofilismo divino. A narração destas grandezas se situa numa época da humanidade anterior à nossa racionalidade conceptual. Não se fazia distinção — como fazemos hoje — entre história e natureza, povo e mundo cósmico. Proteger o povo contra as potências que hoje chamamos 'cósmicas' e consideramos forças da natureza era muito mais que demonstração atlética. Era "fazer grandes coisas com o braço poderoso", mas 'em defesa de seu povo'. Quando Jesus acalma a tempestade, livra os discípulos e a nós de uma força superior. Assim, quem oprime e domina o ser humano não são pura e simplesmente as

pessoas, que a carta aos Efésios (6,10 ss) chama 'carne e sangue'. É alguma coisa que as ultrapassa, e tende a predominar sobre os indivíduos e os grupos. É um tipo de autoridade: "principados, potestades, os dominadores deste mundo tenebroso". É uma autoridade que domina o mundo em que vivemos, mas o ultrapassa e está como "espalhada pelos ares". Constituem aquilo que Jânio Quadros na sua renúncia consagrou com a expressão 'forças ocultas'. O conceito moderno e contemporâneo de sociedade é exatamente o de uma estruturação dinâmica que aos poucos se torna independente das pessoas — ou é concebida como tal — tende a se absolutizar e a dominar sobre os indivíduos e os grupos humanos. Esta estruturação é de alguma maneira 'espalhada pelos ares', mas se encarna em pessoas bem identificáveis: os dominadores deste mundo. É precisamente porque este mundo é dominado por elas, trata-se de um mundo onde reinam as trevas da injustiça, não a luz da salvação: é um mundo tenebroso.

Se Deus domina sobre as potências da natureza, tal dominação não é nada mais que a atitude divina de defesa e tomada de partido em favor do pobre, contra tudo o que o oprime, sejam as forças cósmicas, sejam homens de carne e sangue, sejam forças históricas, os homens a quem a estruturação social investiu de poder. A própria justiça divina se caracteriza pela atitude frente aos pobres.

Sendo assim, a justificação do Rei Ungido era o seu papel de defensor dos humildes e oprimidos do povo (Is 11,4; Jer 22, 13; 19; Sl 72, 1-2.4.12.s) Trata-se, pois, do pobre que encontramos na reflexão de Puebla. É o depauperado, o dominado, o vencido pela corrida ao poder, às riquezas e à sabedoria científica. É o pobre histórico, tornado conservado pobre, sempre mais pobre, porque é vitimado, é a vítima da injustiça. É o empobrecido, é o injustiçado.

É principalmente o profeta Sofonias que acrescenta um dado importante: "Buscai o Senhor, vós todos os humildes da terra; cumpri a sua lei, praticai a justiça, buscai a humildade..." (Sofonias 2,3). É verdade que a liberatura sapiencial considera a pobreza um fruto da preguiça: "mão preguiçosa empobrece, a mão diligente enriquece..." (Prov 10,4), mas os profetas sabem que os pobres são, antes de tudo, os oprimidos, e reclamam a justiça para os fracos, os pequenos e os indigentes.

Quanto ao 'conservadorismo' da literatura sapiencial, veja o cap. 20 do livro de W. Gruen, **O tempo que se chama hoje**, Paulinas, 1977. O capítulo se intitula: A resistência dos intelectuais — pág. 244 e também o capítulo 16, principalmente página 198 ss.

Em Sofonias é que o termo se colore de um significado moral e escatológico, empregando o termo 'pobres' (anawim) com o sentido de 'os piedosos judeus que se submetiam à vontade do Senhor Jahwé.

"Buscai a humildade, talvez assim achareis abrigo no dia da ira do Senhor" (Sof 2,3d).

1.2.3. O pobre é, portanto, aquele que vencerá no dia do Senhor!

É sobre este tripé que a Virgem Mãe de Jesus entoa seu hino: a indigência do pobre, a história do povo, a vitória escatológica da utopia que não cabe na realidade do pecado.

Ela agradece a Deus no seu mais íntimo. E teria mil razões para fazê-lo: tinha, afinal um filho extraordinário; nela se cumprira a aspiração pessoal de toda mulher judia, de ser Mãe do Messias; era esposa de um homem extraordinariamente justo. O que ela agradece, entretanto, e no mais fundo de seu coração, como feito a ela pessoalmente, é aquilo que Deus fez não tanto a ela, como indivíduo privilegiado, mas ao povo, ao povo que lutara ao longo de uma história de opressões, ao povo faminto:

"Todas as gerações me chamarão bem-aventurada, porque o todo-poderoso fez em mim maravilhas: exaltou o poder de seu braço, aniquilou os que se elevavam a si próprios, derrubou os poderosos de seus tronos e exaltou os humildes. Encheu de bens os famintos e aos ricos despediu-os com mãos vazias; tomou cuidado de Israel (o povo) seu servo, recordando a misericórdia, conforme tinha prometido aos nossos pais", os fundadores da nação (Lc 1, 46-55). Maria se considera e é bem-aventurada porque Deus prometeu salvar o povo, e o salvou.

Porque assumiu a condição, as lutas e as dores do povo, ela se alegra no seu mais íntimo pelas vitórias, na espectativa do triunfo.

2. QUE É O "POTENCIAL EVANGELIZADOR" DOS POBRES?

Deus está pois incondicionalmente ao lado do indigente. Ele está do seu lado. A pobreza não é passaporte infalível para o céu, mas é unicamente em relação à atitude frente aos pobres que seremos salvos ou condenados. Por isto o pobre manifesta em sua história a utopia que se realiza no cumprimento das promessas. O pobre é, pois, o revelador de que Deus está presente na história dos homens através da luta pela justiça. O que está presente neles é o próprio dia em que não haverá poderosos — e consequentemente nem oprimidos — mas apenas irmãos. Que é o potencial evangelizador dos pobres?

Clodovis Boff formulou, com a simplicidade que lhe é própria, uma resposta que tento reproduzir aqui, arranhando a limpidez de seu pensamento com algumas considerações próprias. Em resumo, a pura e simples existência do pobre é um grito em que se manifesta uma esperança, um testemunho que a religiosidade popular torna patente através do anúncio explícito do

Evangelho. Este potencial se desdobra, pois, em cinco aspectos fundamentais:

1. A pura e simples existência dos pobres.

2. O grito de esperança contra toda a esperança.

3. O testemunho da fidelidade de Deus.

4. A religiosidade, presença constante de Deus.

5. O anúncio explícito do Evangelho de Jesus Cristo.

2.1. A pura e simples existência do pobre é uma interpelação.

Em primeiro lugar, os pobres evangelizam com a pura e simples existência de pobres. O depauperamento escandaloso 'reinante no nosso continente' (2. 47. 50. 64) é uma acusação viva. Botar a culpa nos pobres, dizendo que são incapazes ou preguiçosos, é uma auto-defesa, uma justificação ideológica que distorce e inverte a verdade. Se pelo menos examinássemos as causas do que chamamos preguiça, nos depararíamos com a subnutrição devida à insuficiência de salários — ainda que ao lado ou à raiz de outras causas. Entretanto, a exemplo do Sacerdote e do Levita, tendemos todos a desviar os olhos para não ver a miséria. Os programas de 'saneamento' de nossas cidades o torna patente. Os pobres são considerados um câncer a ser extirpado, seus barracos ferem nossa tranquilidade. Ou a gente se con-verte ao pobre, ou se di-verte, se desvia, encobrindo de desculpas e diversões a vergonha incômoda.

A miséria é exigente. Não é por acaso que D. Evaristo Arns disse numa entrevista que lutar ao lado do pobre é como cachaça, toma aos poucos todos os aspectos da vida. Ela exige uma aceitação total. O pobre é a expressão histórica da exigência de conversão total a Jesus Cristo. Eles são uma exigência viva e insaciável desta conversão.

2.2. O 'clamor do povo' é um grito de esperança contra toda esperança.

Neste grito de dor se encarna uma esperança, ora implícita, ora explícita. Os pobres esperam na Igreja, esperam dela que esteja ao lado deles, esperam que a Igreja sejam eles. Esperam da Igreja 'uma libertação que não lhes chega de parte alguma' (88). É este contacto com o povo pobre que faz nascer em nosso meio os profetas, os Isaías e Amós... A experiência eclesiástica da América Latina dos últimos decênios no-lo mostra. A hierarquia enviou aos pobres os seus lugares-tenentes leigos: A Ação Católica, JEC, JOC, JUC. O povo pobre pressionou os leigos enviados. Estes apertaram os 'assistentes eclesiásticos'. Através destes, num primeiro momento, e diretamente numa segunda e terceira etapas, o grito rouco e ameaçador do pobre impeliu grupos crescentes de bispos a caminhar com o pobre. O Evangelizado evangeliza os evangelizadores. Os pobres nos convertem e nos salvam. Eles nos convertem ao Jesus Cristo vivo e "em tudo semelhante ao escravo" (Fil 2, 5-11). Eles nos "tiram a possibilidade de oprimir",

como diria Paulo Freire — obrigando-nos a caminhar e assumir a condição de oprimidos.

Existe aí um movimento histórico que se pode caracterizar de duas maneiras. Quando falamos em emergência popular ou num movimento 'do centro em direção à periferia' usamos uma linguagem que considera a nossa realidade social como a verdadeira sociedade, em direção à qual o povo emerge — qual dragão que sai das águas ou das trévas do caos — ou como o centro dos acontecimentos, do qual partimos em direção à margem, à periferia da história. Como nas nossas megalópoles. O rico mora no centro dos acontecimentos e das atenções — o pobre peregrina para lá e para cá na periferia. Assim, o movimento que parte do centro em direção à periferia, a missão dos leigos comprometidos, revela que a realidade é inversa. A descoberta do 'potencial evangelizador do pobre' coloca o povo, como sujeito real da História e protagonista da evangelização, no seu devido lugar, o Centro. O processo deverá se chamar, então, expansão do centro (o povo), em direção à periferia (nós, destacados pela riqueza, privilegiados pela cultura), ou quando muito convergência — conversão! — dos não-pobres, que tentam des-inverter o que a opressão inverte!

O uso identificador das palavras 'povo' e 'pobre' é intencional e resulta de uma análise que aqui não cabe. Veja REB nº 154 de Junho de 1979. Principalmente quer chamar a atenção de nós, religiosos e eclesiásticos, para um fato importante. "A imensa maioria dos nossos irmãos vivem em situação de miséria" — Puebla, 28.29.31.47.71. 138.327.417.437.339.494.1135. 1159. — Em termos estatísticos e sociológicos, eles são "o povo". Usar a palavra povo no sentido nacional, que engloba desde o presidente até um faxineiro de rodoviária, exerce a função ideológica de encobrir a brecha crescente entre pobres e ricos (28). A expressão 'povo de Deus' tem que ser revista nas nossas meditações espirituais... Exprime o caminho e a fraternidade, não a indiferençada uniformidade.

O nível de consciência a que a experiência eclesial da JUC e da JOC nos levou, nos autoriza a dizer: o esforço episcopal (eclesiástico) de penetrar como periferia chamada a se converter ao centro da História, o Cristo que se torna explicitamente presente na libertação do pobre, cujo rosto bem nos é conhecido (31-39).

O falar do pobre como periferia, como marginalizado, supõe que a sociedade que os cria e esmaga seja o centro, seja a corrente principal. É uma linguagem de auto-definição do centro, dos que detêm o poder, a cultura, os bens. É portanto, uma negação da identidade do pobre. O sair do centro em direção à periferia exprime mais os limites deste centro que uma comunicação entre os que se julgam centro (nós, a sociedade rica) e os que julgamos periferia. Entretanto, só é possível fazermos esta crítica baseada em análise da linguagem, porque perfizemos o caminho — apontado por D. José Maria Pires — 'do centro à periferia'. Ao fim deste caminho

está o dia em que seremos capazes de comprender o pobre, o povo, não em referência a um centro-de-poder, mas naquilo que realmente é. A evangelização da qual o pobre é protagonista é um acercar-se da verdade:

"Moisés olhou: a sarça estava toda a arder; mas não se consumia. E disse consigo: Vou aproximar-me e examinar esta visão extraordinária. Por que razão não se consome a sarça? Deus disse-lhe: Tira as sandálias de teus pés, porque o lugar que pisas é terra sagrada" (Ex 3, 1-5).

Aproximando-te da verdade, despoja-te do que te separa dela. O calçado defende o pé contra as asperezas do caminho, mas a verdade é terreno que não ofende 'os formosos pés dos que anunciam a boa nova' (Rom 10, 15; Is 52,7). Só ao falso e malicioso é que a verdade pode ferir. Por isto ele se defende com a ciência e a cautela, sobre elas ele caminha e deposita sua esperança.

2.3. Testemunho da fidelidade de Deus.

O pobre está mais perto de Deus, é seu predileto, porque será o primeiro beneficiário da justiça. O primeiro a entrar no reino, o que mais benefícios receberá da justiça. Sendo vítima injustiçada ele conta com as preferências do 'consolador' (Jo 14, 26; 15, 26-27; Lc 12, 11-12; Mt 10, 19,20), que se fez seu advogado. Mas há outras razões. Também enquanto carentes necessitados, os pobres realizam em sua vida valores evangelicos e estão realmente mais próximos de Deus. O contacto diuturno com a realidade dura e viva lhes molda caracteres que a riqueza impede ao rico de desenvolver.

O pobre é obrigado a ter senso da realidade, das possibilidades e das proporções. Esta sabedoria ele a transmite como preciosa herança, qual instrumento privilegiado de sobrevivência. A privação de riquezas tende a enterrar os homens nas necessidades ditas materiais, mas é este impacto que mais dinamiza a consciência, o espírito. O materialismo não é distintivo dos pobres, é característica constitutiva de ricos. A privação da riqueza material torna possível maior abertura de espírito. Mesmo a consciência crítica precisa deste contacto, mais que da elocubração teórica, ainda que indispensável. Além disto, o espírito do pobre ainda é intocado pelas racionalizações ideológicas da cultura intelectualizada. Ela reproduz os ideologemas para se defender, mas eles lhe são epidérmicos. A cultura intelectualizada, ao invés, perdeu o contacto com a realidade da teoria dos homens, ao revestir-se da couraça de idéias e livros. Nessa cultura tem-se manifestado crescentemente irracional.

Esta irracionalidade é impingida ao pobre com toda sua violência, e é pelo mimetismo que ele acaba buscando a sobrevivência. Antes de acusar a violência do pobre que depreda a natureza ou o patrimônio público, antes de jogar a pedra sobre o pobre que super-explora seu irmão, vejamos de quem é que ele aprendeu tão selvagem agressividade, perguntemo-nos que estruturações e relacionamentos sociais é que

lhe atiçam tanta violência. A violência e a exploração do pobre pelo pobre são o espelho do que ele aprendeu da nossa sociedade arrumadinha, o reflexo do que ele é forçado a fazer para sobreviver lá em baixo.

O viver a pobreza como 'virtude' inverteu também esta mensagem do pobre. Ao lermos Mt 18, 21-35 pensamos rápido demais no pobre que explora o irmão. Não seríamos nós, a sociedade sadia e bem-ordenada que vendemos (sem o saber) mulher e filhos, haveres e bem-estar do pobre ajoelhado à nossa porta? Por força do 'voto de pobreza' a nossa vida nos conventos, paróquias e comunidades religiosas acabou se desligando da vida concreta — considerada matéria. Ela se afogou e afogou assim uma preciosa fonte de realismo.

Puebla verifica que 'Episcopados nacionais e numerosos leigos, religiosos e sacerdotes, tornaram mais profundo e realista o seu compromisso com os pobres. Esse testemunho incipiente, mas real, levou a Igreja latino-americana..." a uma melhor percepção da realidade, e portanto à "denúncia das graves injustiças derivadas de macanismos opressores" (1136). O que os pobres já faziam com sua existência pura e simples, os setores da Igreja começaram a fazer com palavras e gestos, depois de terem con-vivido a pobreza.

Este realismo do pobre lhe abre o coração à concreticidade e à bondade nuclear, originária, que se traduz em gestos. Basta ver a quantidade imensa de famílias que adotam filhos de companheiros mais pobres — ou que deles cuidam na ausência dos pais. A vida do pobre é um caminhar apesar de tudo. Nela se encarnam com limpidez a abertura, a simplicidade, a austeridade, a disponibilidade, o desapego e a humildade (1148. 1152). Por isto "esta pobreza é um desafio ao materialismo e abre as portas a soluções alternativas da sociedade de consumo" (1152).

Estes valores evangélicos não desmascaram um materialismo abstrato, universal e teórico, mas nada mais nada menos que o mundo de hoje, no qual peregrinam, com o povo latino-americano e como 'pastores' os bispos latino-americanos. Eles não nascem no pobre pelo exercício ascético, pessoal e individual, mas pela convivência dura e penosa, atropelada pela dureza da vida.

2.4. A religiosidade do empobrecido abre o caminho de Deus.

Uma das manifestações mais patentes e profundas da maneira de o povo simples enfrentar a vida é a religiosidade. As bênçãos, orações e predições não são apenas tentativa mágica de instrumentalizar uma força superior. Elas são o reconhecimento simbólico de que a realidade humana é limitada e pode ser superada. A par de uma esperança indômita, a piedade reza uma dor infinita, porque Deus é bom... Ela contém encarnada, a palavra de Deus — e é, portanto, 'uma forma ativa com que o povo se evangeliza continuamente a si próprio' (450).

Ela não se interessa por explicar ou não a dor, não quer conciliar

a bondade de Deus com a crueldade do mal. Ela vive de Deus. Vive Deus e quer superar a dor e o mal. É o 'suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como o espírito de uma situação carente de espírito' (v. H. Assmann e R. Mates, K. Marx, **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**, Madrid, Sigueme, 1974 pg 74). Ela é uma oração de dor e ao mesmo tempo uma revolta contra esta dor. Na revolta, ela projeta a sua vitória, e a antecipa em gestos, celebrando o próprio caminhar.

Seria realmente um regresso — impossível aliás — reduzir religião a isto. Mas é uma mutilação irreparável o desprezar e eliminar a racionalidade mitológica vivida nesta religiosidade. Ela reintroduz pela porta principal toda a vida que a racionalidade científica intelectualista joga fora pela janela do fundo: a necessidade humana de ver, cheirar, tocar, dançar, cantar e abraçar a Deus.

2.5. O pobre anuncia a boa nova: "Ele está no meio de nós!"

Nesta religiosidade popular se concretiza também um anúncio explícito do Evangelho.

Já não é possível ler o Evangelho a não ser a partir da perspectiva do pobre. Num círculo bíblico, no qual foram feitas as observações acima formuladas sobre o cântico da Virgem Maria, um mecânico semi-analfabeto observou: — "É, tem dois jeitos de ler a Bíblia. O jeito dos ricos e o jeito dos pobres". Dentre as duas óticas, a que tem foros de autenticidade é a do pobre. O rico deforma e inverte a realidade a partir de sua posição de possuidor, sábio e poderoso. Ele necessita de uma explicação da realidade que justifique o seu poder e posição de rico. Quando as coisas se des-inverterem, o rico estará de mãos vazias, derribado do trono, e poderá aprender com os pobres e pequeninos o que Deus tem a dizer aos homens, mas ocultou aos sábios e prodentes. O pobre é o sacramento histórico, o hermeneuta autêntico da boa-nova. Entre ele e a salvação não há o obstáculo dirimente da riqueza. Em linguagem futebolística diria que o pobre está mais perto do gol. Se chuta na trave ou fora, ou o goleiro defende, o problema é outro. Mas está muito mais perto e entende melhor do assunto.

Anunciar aos ricos a boa nova é, então dizer-lhes: "dos pobres é o Reino de Deus", porque eles nada têm a perder quando a justiça se instaura. Por isto... "os publicanos e as prostitutas entrarão antes de vós no Reino de Deus" (Mt 21, 31).

Os ricos, ao invés, perderão o que os caracteriza, a riqueza. Perderão aquilo em que depositam e reconhecem a própria identidade: a riqueza e o poder advindos de uma posição social. Perderão o escudo que usam contra os pobres, a acusação de desonestidade econômica (publicanos) e familiar (prostitutas), perderão a desculpa cultural que é a 'ignorância' do pobre.

Como então realizar esta des-inversão, como ler a Bíblia do jeito dos pobres, e concretizar a conversão ao pobre, ao sacramento histórico da evangelização?

3. QUE É "OPTAR PELO POBRE"?

3.0. A 'Opção pelo pobre' é uma conversão à realidade, uma des-inversão do que a opressão inverte como estrutura e como ideologia. Antes de tudo, optar pelo Pobre, como Puebla o fez, não é um ato de vontade perante uma alternativa, como quem se decide entre ir a pé ou de ônibus, de avião ou não ir. Não.

Há, na história da América Latina todo um processo, pelo qual a organização da sociedade tem sempre mais que levar em conta não apenas um grupo de pessoas, mas grupos sempre maiores, e até mesmo toda a população. Na época do descobrimento quem não era nobre não contava. Os índios e negros nem sequer foram considerados. Hoje não há habitante a quem não se possa dizer que é juridicamente e constitucionalmente sujeito de direito. A Igreja se reconhece sempre mais ao lado, do lado dos que combatem para que todos os homens sejam homens. A posição da Arquidiocese quando das greves de novembro, principalmente quando da morte de Santo Dias da Silva, e da invasão da Igreja do Socorro, mostram que estamos aprendendo a caminhar com os pés machucados e indefesos do povo.

Pois bem, 'optar pelo pobre' quer dizer reconhecer estes dois fenômenos e assumi-los: de um lado o povo que deixa de ser anônimo e se torna sujeito das tranformações sociais; de outro lado, o aprendizado da Igreja que caminha em direção ao pobre.

Isto implica numa conversão muito profunda, que tem vários aspectos. É uma conversão histórica, não espiritual e a-temporal. Se queremos encontrar a Deus, teremos que procurá-lo no pobre, não alhures. Por isto é necessário reconhecer e respeitar a atitude fundamental do pobre perante a vida, ou seja, a sua cultura. Poderemos dar então um passo decisivo: a solidariedade. Ela trabalhará em nós várias desinversões ou desintoxicações. Teremos que transformar nossas estruturas mentais, quer dizer nossa ideologia. Isto supõe e acarreta uma transformação das estruturas pessoais e sociais. Em termos estritamente religiosos, é uma conversão à 'virtude provada' que transforma o mundo. É, mais que tudo, e como coroamento, uma conversão à justiça.

Falar, então, da justiça sob o ponto de vista social e histórico não é unilateralidade. É acentuar o fundamental, que dá sentido a todo o resto. A conversão à justiça não é equiparável a uma conversão à pureza ou morigeração de costumes, à não-violência, à laboriosidade, à simplicidade e austeridade ou quaisquer outras. Converter-se à justiça é conversão 'tout court' (ou seja pura e simples). Qualquer outra conversão só tem sentido nela. Porque a salvação passa pela nossa atitude frente ao sacramento histórico que é o pobre.

3.1. Converter-se ao Pobre é converter-se a Deus.

O principal fundamento teológico da nossa opção pelo pobre é que ele é o predileto de Deus. O Evangelho patenteia esta predileção incondicional e salvadora. E a missão inconteste da Igreja é esta: Evangelizar, levar a todos os homens a boa nova salvadora de que Deus está aí, no meio de nós, e nos salva. Só ele é Jahweh, aquele que está no nosso meio e age (Êx 3, 14), e que deu de comer e beber a todo o povo, o conduziu pelo deserto. Só ele é Emmanuel, o Deus conosco, que se deu inteiramente a todos nós (Mt 1, 23; Is 8, 8; Fil 2, 5-11), e entregou totalmente sua vida até à última gota "por vós e por todos os homens, para remissão do pecado".

Por que insistir na opção pelo pobre? Será nossa opção uma conversão a Deus ou ao pobre? Parece simples e óbvio dizer que as duas coisas coincidem, e continuar na fiuza de que já nos convertemos 'ao pobre' porque fazemos atos de 'fé em Deus' e estamos profundamente convictos de que em Deus acreditamos e confiamos. O que é a conversão, à luz do que dissemos sobre o pobre, sobre a conversão a que fomos submetidos — sem o perceber — com relação à pobreza a que chamaríamos 'cristã', à luz do que refletimos acerca da Evangelização?

É inútil repetir apenas que optar por Deus é a mesma coisa que optar pelo pobre e vice-versa, ou que ambas as coisas só tem sentido quando estão juntas. Tentemos dar um passo mais adiante.

Porque é que optamos pelo pobre, a fim de optar por Deus (e não inversamente)? Porque é que este sacramento histórico da salvação se revela a nós latino-americanos, à luz de Medellín e Puebla, como o caminho por excelência da evangelização e conversão? Além disto, que mudanças concretas isto implica nas nossas estruturas mentais, quer dizer, na nossa maneira de crer e de compreender a realidade?

Primeiro: Converter-se ao pobre é converter-se ao próprio Deus. Se tentamos nos converter diretamente a Deus, corremos o risco de errar o endereço, porque só o veremos através da viseira ideológica (v. J.L Segundo, **Nossa Idéia de Deus** S. Paulo, Loyola, 1976). Se nos convertemos ao pobre, encontramos certamente a Deus, e ouviremos do supremo Juiz: "vós o fizestes a mim!"

É que necessitamos sempre de uma mediação histórica visível, palpável, para chegar a Deus. Toda a tradição eclesiológica e sacramental católica no-lo afirmam: a Igreja tem que ser visível, e tem que se utilizar de sinais sensíveis para conferir a graça. O tentar uma via sem mediação significa passar por uma mediação que não vemos ou não queremos ver. O passar por mediações unicamente naturais — os elementos da natureza usados como sinais: água, alimentos, óleo, comunicação — corre o risco de nos isolar da História dos homens e portanto da própria história de Deus-conosco encarnada nela. O passar pelo pobre indica um passo adiante nesta teologia das mediações visíveis.

Do sinal cósmico ou natural, passamos ao sinal histórico, de pessoas e grupos sociais marcados pelo desenvolvimento da história dos homens.

Segundo: o pobre é esta mediação histórica que procuramos. Ele é este sacramento histórico, cujo existir produz no mundo a graça salvadora. Já vimos à farta que a evangelização e serviço libertador ao pobre constitue o sinal por excelência do advento do Reino de Deus. Sabemos, entretanto, que o desenvolvimento da riqueza — tal como o vivemos no atual regime de individualismo e concorrência — é um desenvolvimento da injustiça, a riqueza se constitue em sinal de perdição, da injustiça. O progresso baseado no lucro é sinal histórico da injustiça e da dominação. Assim, a existência, a resistência, a luta do pobre pela vida é sinal da luta contra esta opressão, da luta contra a injustiça. A pura e simples existência do poder é um clamor impetuoso em que se manifesta uma esperança: é um sinal histórico dentro do qual se realiza o anúncio de que o Reino de Deus está entre nós. Neste Reino não tem vez a riqueza, mas a justiça. Por isto este clamor é ameaçador, ele é um Juizo Final: chegando o Reino da justiça, será varrido tudo o que se baseia sobre a Riqueza, mãe da opressão.

Terceiro: O pobre é, pois, o sinal escolhido pelo Pai que o ama com predileção, pelo Filho que a ele se dirige, pelo Espírito Santo que o consola e lhe lembra o que o Filho nos ensinou. Escondido talvez sob a montoeira de ídolos descarregados sobre ele pela ideologia da qual fazemos nossa identidade, encontra-se nele o próprio Juiz Supremo. Para libertar-nos com o pobre, para libertar a imagem de Deus escondida e vilipendiada nele, temos que jogar fora a ideologia — e portanto o sistema de vida que a cria: baseado no lucro e na riqueza — que forjou a nossa identidade.

Ora, o que se chama aqui de 'sistema de vida', não é só nosso pequeno viver privado — supostamente única e somente nosso, sem injunções de terceiros. É que nossa própria vida privada e individual é tecida de uma série de estruturações sociais e históricas a quem sequer vemos, que 'estão pelo ar', mas que governam nossas preferências, nossos juízos, nosso comportamento social e moral.

3.2. Optar pelo pobre é respeitar sua atitude perante a vida.

Puebla deixa claro que não opta pelos pobres por causa de eventuais qualidades p e s s o a i s ou morais (1142), guiçá religiosas ou teologais. De fato, há bons e maus, honestos e safados, abertos e fechados, disponíveis e pão-duros, acolhedores e cobiçosos, desapegados ou cruéis, tanto entre os ricos quanto entre os pobres, independentemente da pobreza ou riqueza, da classe social ou da cultura. Parece-me entretanto que isto não iguala. Há uma diferença qualitativa entre a safadeza do pobre e a do rico. Uma diferença a favor do pobre. Infelizmente não cabe aqui a discussão cabal das diferenças entre as qualidades morais

do rico ou do pobre, quer se originem estas diferenças da posição social, quer do acesso à cultura ou se articulem ao longo de tradições e experiências históricas. Há um nível mais profundo: é realmente imoral ou um mal tudo aquilo que condenamos no pobre? A nossa rigidez moral — além de tudo frequentes vezes fingida — não é uma maneira de oprimir aqueles que não têm acesso à nossa cultura por falta de 'meios'?

Já acenei a dois aspectos importantes das mazelas do pobre: elas são resultado do que aprendeu ao longo de sua experiência, maneira de imitar a sociedade que o esmaga. Em segundo lugar, são mecanismo de sobrevivência.

Entretanto, a emersão histórica dos pobres e a aproximação entre eles e a Igreja mostra que mesmo as qualidades morais diferem. Estamos de tal maneira acostumados aos comportamentos que se desenvolvem dentro de nossa cultura, que consideramos qualidade o que é conforme ao que estamos acostumados a viver, e consideramos defeito o que se pauta por outras maneiras de ver e viver a realidade. Pode ser que não façamos a distinção acusada por São Tiago (2, 1-12), baseada na roupa, mas nos é muitas vezes evidente — em base à nossa cultura — que comportamentos diferentes são maus. Serão moralmente maus, ou apenas reflexo de outra cultura, de uma cultura forçada a se exprimir de outra maneira, a lutar para sobreviver?

Foi em nome da moral cristã — européia/ocidental — que muitos missionários impuseram aos índios o uso de roupas de pano. Hoje são patentes os desastres etnológicos e culturais que isto causou. Não há muito tempo, vimos na televisão as invectivas indignadas de um síndico de edifício de apartamentos de Belo Horizonte, que tentara multar uma empregada doméstica a quem "apanhara" usando o elevador social. O que apontamos de maldade e brutalidade no pobre é em grande parte reflexo da vida dura de trabalho a que é submetido por necessidade hegeliana de sobrevivência: horas a fio na fila de condução, viagens caras e sempre muito incômodas, doze ou dezesseis horas a fio de trabalho em ambiente carregado de competição, autoritarismo, poluição ambiental, auditiva e visual, desrespeito e massificação.

Optar pelo pobre é, certamente, reconhecer as qualidades morais que não dependem de nossa cultura e maneira de viver a religião. Reconhecer a natureza objetiva dos comportamentos. Em termos de moral, como é possível a um operário vindo do interior viver exatamente a nossa moral familiar monogâmica, se ele mal e mal pode ir visitar a família por um ou dois dias no semestre ou no ano? Terão exatamente a mesma qualidade a imoralidade do injustiçado carente e a do beneficiário rico?

Ora, o conjunto de atitudes chamadas fundamentais e das decorrentes normas de comportamento social constitui o que chamamos cultura. E a nossa cultura tende a

se impor como a única, tornando obrigatórias as nossas normas sociais. A cultura que nos possibilita e abre os horizontes da vida, forma um muro ao nosso redor, pelo qual não podemos ver os homens que vivem noutra cultura.

Vivemos numa sociedade que 'em termos reais, nas linhas essenciais de sua estrutura, não se distanciou muito da sociedade escravagista'. ... 'A organização da sociedade é centrada na satisfação dos interesses dos senhores, a qual incluiu a criação de resíduos para a manutenção da serventia.' Dado que 'o ilusório milagre brasileiro foi pago em grande parte pela erosão dos salários do pobre, pelo arrocho salarial por ele sofrido durante tantos anos'; dados os resultados deste arrocho em termos de sub-nutrição, raquitismo, mortalidade infantil e toda espécie de morte causada pela miséria..., quem quiser atire a primeira pedra no Ayatollah Komehiny, quiçá em Fidel Castro ou Agostinho Neto.

Mas o nosso povo ainda vive 'noutra'. Desde que o empobrecimento econômico é resultado de um desenvolvimento histórico de concentração da renda, assim também o comportamento cultural do povo é em grande parte resultado da concentração da cultura. A cultura de nossa sociedade foi e vem sendo sempre mais institucionalizada, ao ponto de se identificar com o acervo de conhecimentos transmitidos em instituições encarregadas de produzir e transmitir o saber: universidade, escola, teatro, cinema, empresa de turismo. Ora, o acesso a estas instituições, e muito mais o acesso ao controle delas, só é possível a quem dispõe de meios econômicos para isto. À concentração da renda corresponde uma concentração da cultura.

Esta concentração da renda e da cultura nasce da divisão do trabalho na sociedade capitalista. Nosso mundo é arrumadinho. Nele cada um tem sua função. Cada um é como um instrumento na orquestra. Deus é o Maestro — foi o que aprendemos na aula de catecismo. O mundo é uma harmonia universal. Com esta distribuição de papéis acabamos nos especializando: uns têm o encargo de planejar, criticar e reformar, enquanto outros têm o encargo de executar os planos, corrigir os erros apontados pelos críticos, realizar as reformas. Uns trabalham com a cabeça, outros com as mãos. Uns pensam, outros executam.

Sendo assim, dado o desenvolvimento da inteligência, o espírito de quem tem mais capacidades intelectuais é mais desenvolvido e profundo, mais aberto e mais capaz. A oração torna-se exercício intelectualizado, e é sempre com a maior surpresa que às vezes constatamos que o povo tem uma espiritualidade profunda. Em que consiste esta espiritualidade?

Enquanto não conhecermos — vivermos — a maneira de o povo ver, viver e exprimir a vida, não o saberemos. Mas uma coisa é certa. Nossa compreensão de espiritualidade, nossa idéia de Deus, é profundamente condicionada pelo lugar social que ocupamos: se o lugar social dos que consomem,

planejam e têm acesso ao desenvolvimento intelectual, ou o lugar dos que trabalham com as mãos, constroem e executam materialmente os bens de que acabam sendo privados.

Nossa riqueza e nossa cultura, o fato de pertencermos à classe de pessoas que exercem a função de intelectuais, tornam-se para nós um impecilho que as classes pobres não têm. São eles os verdadeiros "puros de coração", que poderão ver a Deus porque não têm a viseira da riqueza e da cultura criada por ela. Por isto é teologicamente verdade que o pobre está mais perto de Deus. O serem vítimas da injustiça estrutural, torna-lhes mais límpido o conhecimento da justiça. Já os que não são vítimas da opressão que divide os papéis, e portanto, as classes sociais, têm perante os próprios olhos o interesse de manter a própria posição, a ideologia criada por este interesse e a cultura em que esta ideologia se desenvolve. Não se trata aqui de endeusamentto da ignorância, mas de desmascaramento da ideologia, como veremos adiante.

3.3. Conversão à solidariedade. Este respeito à cultura popular acarreta uma série de mudanças muito profundas e concretas, além de exigente. É diante desta exigência que Puebla reconhece implícita — e até mesmo explicitamente — que "nem todos nós temos comprometido bastante com os pobres, nem sempre nos preocupamos com eles e somos com eles solidários" (1140).

A primeira exigência é uma exigência de solidariedade. Como realizá-la?

Em primeiro lugar, é necessário sacudir a tranqüilidade da ignorância. Realizar o esforço inquietante de reconhecer a realidade (85. 1160). Ao ouvir o clamor antes surdo, mas agora claro e ameaçador (89), nossa primeira reação é a de angústia e medo. Medo de um cataclisma que pesa sobre toda a humanidade, angústia pelo real fato de nossa impotência, castrada pelo sistema social que nos amamenta. A consciência da miséria existente nos angustia. Angustia-nos a certeza de que nós somos pessoalmente impotentes ante esta avalancha. Angustia-nos o medo de que a solução nos virá a tirar o que hoje é o fundamento de nossa tranqüilidade: o sistema de produção e distribuição de bens que empobrece os já carentes e enriquece os ricos. Inconscientemente nós vivemos tranqüilos porque somos de fato beneficiários deste sistema social. Desmascará-lo é desmascarar nossa própria tranqüilidade.

Mas a tranqüilidade da inconsciência e a angústia do conhecimento da situação ainda são passos prévios. Não basta saber, nem apenas "tomar consciência". De nada vale a angústia e o complexo de culpa. É necessário "conscientizar-se pela mediação da realidade", como diria Paulo Freire. Trata-se, antes de tudo, de perceber o lugar que realmente ocupamos, o que é que realmente fazemos ao envidarmos nossos esforços. Será que acontece exatamente o que intencionamos? Será que os acontecimentos objetivos obedecem ou ao menos correspondem às nossas intenções subjetivas? Será que "edu-

camos", ou "evangelizamos", porque temos profunda e convicta intenção de fazê-lo, e empregamos todos os meios que conhecemos para isto? Se acontecesse exatamente o que intencionaram nossos antecessores, a miséria teria crescido ao ponto de aceleração que hoje vivemos?

Além de ter consciência do lugar que já ocupamos — mesmo sem o saber — talvez — requer-se um passo ulterior. É necessário vivenciar duas realidades históricas. De um lado, a sociedade em que vivemos há atualmente o ponto em que se encontra um profundo e prolongado desenvolvimento histórico. "Optar" significa então ou concordar em continuar dentro dele, reforçando-lhe o dinamismo, ou — inversamente — decidir-se por tomar posições conscientes. Por outro lado, nem tudo que "deveríamos fazer" pode ser feito sem mais, imediatamente: é necessário construir um processo social. Quem opta por posições conscientes começa muitas vezes a viver processos que antes não percebia porque eram encobertos pela ideologia. O "Optar" é então sujeitar-se a uma série de novos processos e condicionamentos sociais. É viver uma greve por dentro, ao lado, do lado do operário/trabalhador que apanha — e não de fora, do apartamento do empresário que financia a PM; é viver por dentro a luta das famílias de um bairro onde não há esgoto nem água.

Na história da espiritualidade este esforço levou a três passos: do trabalhar 'pelos' pobres ou para os pobres, alguns passaram a trabalhar e lutar com os pobres. Alguns homens compreenderam e empreenderam então como Francisco de Assis a atitude radical de viver e lutar como pobre. Esta última atitude é a que apresenta maiores dificuldades.

Parece contraditório o combater a pobreza tornando-se pobre. Quem vive exatamente como o pobre passa a ser simplesmente um pobre a mais. De mais a mais, esta assimilação é impossível. Há diferenças culturais que formam um abismo, o qual não se pode transpor de volta.

Estas duas 'objeções' se contradizem: se nunca seremos realmente como um pobre (favelado, operário ou camponês), nunca seremos realmente apenas 'um pobre a mais'. Além disto, não se trata nem de uma coisa nem de outra.

Viver **como** o pobre é assumir as tribulações que geram a constância e a virtude a toda a prova, a esperança contra toda esperança, a virtude de Abraão imigrante. O pobre vê e vive a pobreza porque esta lhe é imposta por vicissitudes e estruturações históricas, estranhas e superiores à sua vontade e decisão. Ele as compreende como 'potências difusas pelos ares' (v. Ef 6). Por isto nem sempre percebe o caminho que sai da miséria, nem sempre dispõe dos hábitos culturais que poderiam resolver-lhe muitos problemas imediatos: higiene, organização, economia, escola. O esclarecimento oral ou teórico é evidentemente ineficaz. Mesmo o simples 'exemplo' é solução superficial, ainda que estimulante. O assumir

ao seu lado e a seu jeito a sua luta revela-se sempre mais como a única via realmente eficaz. Nela o pobre vislumbra algo fascinante.

Unicamente assim compreenderemos os instrumentos de sobrevivência e luta que o pobre é obrigado a desenvolver sob a pressão exercida através de salários baixos, expulsão da terra, insegurança do trabalho, burocratização da saúde.

Esta solidariedade histórica é, pois, exigente. Não lhe basta a proclamação nem o apoio moral. Ela exige que nós, descendentes de uma tradição individualista que privatizou a religião, nos convertamos a uma visão mais ampla, política, da sociedade histórica em que vivemos (515.235). É uma mudança do próprio lugar dentro da sociedade: desde a solidariedade que vai de encontro ao pobre, até o esforço de identificação que caminha a seu lado. Entretanto é a nossa maneira atual de ver a vida — a nossa 'estrutura mental' — que nos impede de caminhar nesta direção.

3.4. Conversão das estruturas mentais. A conscientização começa pois, um passo à frente do estudo que produz a ciência. Ela começa também um passo adiante da angústia — complexo de culpa — trazida pela consciência reflexa e dolorosa da situação. Ela começa quando a pessoa que se solidariza ou o pobre que assume sua luta, começam a ver a realidade de outro ponto de vista. Do ponto de vista da justiça, não mais do poder, da riqueza, ciência ou ideal pessoal. A Opção pelo pobre exige uma mudança de 'estruturas mentais' muito grande, que não é possível fazer à custa de estudo ou meditação. É que nossos hábitos mentais se regem pela nossa vida quotidiana.

Ouvi uma vez de um amigo carioca um episódio delicioso. Numa favela havia surgido a idéia de urbanizar as ruelas e os barracos. Houve então uma reunião conjunta de moradores e urbanistas. Lá pelas tantas um jovem arquiteto disse em meio a uma observação que 'os favelados nem conhecem um vaso sanitário'. A conversa continuou. Lá pelo fim, um dos líderes locais levantou a mão:

"Eu tinha uma coisa pra dizer ao doutor ali... quem fabrica os vasos sanitários somos nós. Quem instala os vasos sanitários na casa do doutor somos nós. Quando entope, quem vai desintupir o vaso sanitário do doutor somos nós. Quando estraga o encanamento quem vai consertar somos nós"?

Não é verdade que temos um montão destas certezas a respeito do pobre? Elas são um conjunto de idéias que dirigem nosso comportamento, nosso pensamento, e acabam por velar a verdade. Elas são parte integrante de nossa ideologia. Aliás, a 'ideologia' quer dizer exatamente isto: o montão de idéias fixas, de certezas inegadas que a gente tem a respeito da vida, da realidade social; este conjunto de idéias que dirigem nosso comportamento, nosso pensamento e viram critério de aceitação ou não de novas idéias; elas escondem a realidade, e retorcem a compreensão de maneira a justificar sempre

o que já sabemos e somos (v. Puebla 535). Para vencer uma ideologia não basta, pois, estudar ou conhecer aspectos novos da realidade social e humana. Ideologia é aquela maneira quotidiana de ver as coisas, que nasce da experiência do dia a dia. Por isto ela espelha fielmente o grupo social em que nos desenvolvemos e lhe defende a identidade e os interesses. Para superar esta maneira de ver, é necessário aprender a viver numa outra posição social. Não se trata apenas de ver a realidade de outro ângulo, como seria a mudança de critério científico (mudança de lugar epistemológico) — mas sim de viver a realidade de um outro ângulo (mudança de lugar social).

Assim, quem é rico ou culto, e deseja lutar pela justiça, tem que passar por este processo. Em primeiro lugar reconhecer que já tem uma ideologia. Já está cheio da ideologia que foi internalizada, instilada durante os anos de estudo e de vida. Libertar-se desta ideologia não é simplesmente trocar de ideologia, trocar a própria por uma outra qualquer. Há aqui uma mudança qualitativa regida pela 'justiça', na qual a salvação se encarna.

Também sob o aspecto da ideologia, a classe de pessoas a quem chamamos de empobrecidos está mais perto da libertação do que os membros da classe privilegiada. Como ele não dispõe de riquezas, sobre as quais depositar sua confiança, apóia-se sobre o existir humano. Como não se desenvolveu segundo o dinamismo e o ritmo da sociedade, ele procura algo mais poderoso que a força que o esmaga. Algo que seja realmente poderoso e superior a tudo e a todos. Algo cuja bondade supere a maldade. Por isto ele desenvolve hábitos que consideramos virtudes morais: não acumula, partilha; não se fecha, convive; não foge, acolhe; não complica nem explica, aceita e respeita; não comanda, pede e espera; não limita em sua compreensão do mundo cabe tudo, de tudo e de todos. É solidário, aberto, acolhedor, simples, respeitoso, espera em Deus, mais que nos homens (1149-1152). Estas são as virtudes provadas que lhe produziu a tribulação da pobreza. Esta a esperança idômita que lhe frutifica a proximidade com o criador. Esta a sua visão quotidiana.

No caso acima citado, pode ser até que o operário em questão não tivesse um vaso sanitário em casa. Mas sua vivência e seu ponto de vista não é o de quem usa tranqüilamente as coisas, mas sim o de quem dá o duro fisicamente para produzi-las, instalá-las, mantê-las em funcionamento. A ideologia do pobre não é verdade sagrada por ser do pobre. Não. É ideologia, e como tal, vela também ela a realidade. Mas o conviver com o pobre e aprender-lhe a ideologia nos ensinará a ver a realidade por um outro lado, abrir-nos-á os horizontes humanos de vivência e julgamento: é um primeiro passo, ou um dos passos necessários no processo de conversão das estruturas mentais. E esta mudança só é possível encharcando-se na realidade do pobre.

3.5. Conversão das estruturas pessoais e sociais. Já vimos que é necessário reconhecer e respeitar a maneira de ver e viver do pobre, já relativizando a cultura que é nossa, mas não é a única. Veremos adiante a necessidade de transformar mesmo esta nossa cultura. O aspecto que pretendo examinar aqui é um outro, que está à raiz de ambos. Vamos acenar brevemente a algumas coisas já afirmadas, para dar um passo à frente.

Os elementos da natureza: água e óleo, não simbolizaram a graça por serem o que são, mas por terem as funções que têm: lavar, nutrir, ungir, purificar, fortificar. Assim, o pobre, como sinal histórico do advento do Reino de Deus, não o é pela sua carência e dependência, mas pela sua função histórica na sociedade: clamar pela justiça, exigi-la incondicional e inconfundivelmente, antecipar a sua vivência desprovida de riqueza. Assim, a Opção preferencial pelos Pobres é uma opção que atinge a própria função social e histórica do pobre. Ela é uma opção que atinge a própria organização da sociedade que cria os pobres e o explora e esmaga. É uma opção política, em sentido amplo, profundo e forte.

É uma opção política em sentido **amplo,** porque brange a política como "crítica aos que tendem a reduzir o espaço da fé à vida pessoal ou familiar" (515). Ela provoca a "transição de um estilo individualista para a grande consciência comunitária" (235). A política é, então, uma dimensão constitutiva do homem que possui um aspecto englobante, porque tem como fim o bem da sociedade inteira (513). Assim, o sentido da política aqui não é o de luta pela tomada ou o exercício do poder social, mas o de uma estruturação em que se torne visível um projeto histórico construído por consciências cristãs (veja 193 e 553).

A Opção pelo pobre é política num sentido profundo, porque provém do mais íntimo da fé cristã, e gera uma antropologia (516s — 278s).

Finalmente, é f o r t e, porque leva a apoiar as aspirações dos que a Igreja Latino-americana considera 'uma força dinamizadora' da sociedade, e até mesmo os 'principais artífices' das prodigiosas transformações que a história opera em nosso continente (522. 1162. 1244. 1245).

Parece-me ser este o sentido mais específico de Puebla: até agora a Igreja sempre se preocupou com pobres, assistindo-os e promovendo-os. A assistência caritativa lhes protegeu e conservou a vida. A promoção social e cultural possibilitou-lhes subir, integrar-se na sociedade e progredir dentro dela. Até aqui a pobreza era considerada fenômeno individual ou quando muito grupal, questão de subsistir ou de poder produzir riquezas autonomamente, dentro da organização social vigente.

De agora em diante, a pobreza é reconhecida como um fenômeno político, fruto de estruturas de injustiça. Trata-se de colocar-se ao lado dos injustiçados, de estar **do** lado dos empobrecidos: trata-se de

tomar uma atitude que afeta a estruturação que organiza a sociedade, e portanto o próprio exercício do poder político. É uma atitude política. Dirige-se e pauta-se pela luta e função do pobre, mas afeta necessária e inevitavelmente as estruturas do poder. Desde que as estruturas de poder é que criam e exploram o pobre, esta atitude tomada em favor do empobrecido e do seu lado vai inevitavelmente enfraquecer e contradizer ao poder vigente. Porque é injusto e criador de injustiças.

A opção preferencial pelos pobres tem pois um aspecto desprivatizante da religião. Ela significa tomar plenamente consciência de que o existir humano tem uma dimensão política sempre mais inegável, que se desenvolve historicamente e diz respeito até mesmo ao mais íntimo da fé cristã.

3.6. Conversão à 'virtude provada que transforma o mundo (Rom 1, 16; 5, 3-4; Puebla 1266-1245).

O que há de específico e novo na Opção preferencial pelos Pobres feita em Medellín e confirmada em Puebla é que é uma opção política. Como tal ela é profundamente religiosa, pois afeta o sentido mais profundo da existência histórica e social cristã. Como foi feita em Medellín e confirmada em Puebla, esta opção tem como objetivo o anúncio de Cristo Salvador. Este anúncio não pode ser realizado dentro de estruturas que causam necessidades, oprimam, desrespeitem a dignidade humana, escarneçam a imagem divina, impeçam o anúncio alegre aos pobres e a procura criativa de caminhos (veja 1141 s. 488s. 278).

Optar pelo pobre não é primariamente ser aberto, disponível, austero... tais valores podem resultar desta opção — e resultam quando ela é sincera e viva. Mas não é por elas que começa a opção. Também por isto é descabido pensar que optar pelos pobres seja optar pelo mais fácil, "por que os pobres são mais dóceis". O rico é exigente em sofisticações, e passa tudo ao crivo de sua cultura exclusivista. O pobre sabe-se ignorante, e por isto quer aprender, não recusa, parte sempre do pressuposto de que quem lhe fala está dizendo algo importante. O pobre é aquele que espera e pede: exigente é a sua realidade quotidiana de pobre que não deixa uma energia, uma fibra em repouso. Continuamente tenso, em busca, com fome e sede — não de riqueza, poder ou ciência, mas de pão, água e sobrevivência, conseqüentemente de vida e amor. Só o pobre sabe realmente dar, porque só ele sabe o que é receber. Pensar que optar pelo pobre seja o caminho mais fácil é mentira pura. Quimicamente pura!

Nem seria uma razão justa o considerar a pobreza uma virtude. Virtude é o sujeitar-se à pobreza, o entregar-se a tudo o que acarreta a carência, a contínua preocupação com a sobrevivência. O despreocupar-se com os bens materiais pode significar um estar livre para Deus — mas pode também desligar-se daquilo que Deus construiu e constituiu entre sua vida e nossa existência: o mundo

que somos nós. Virtude é o sujeitar-se aos sofrimentos, assumi-los, revoltar-se contra a injustiça que os causa, combater as estruturas sociais — 'potências que estão pelo ar' — e mentais, sem revoltar-se aos sofrimentos, assumi-los, tra o Homem (Jó!). Virtude é perceber que as estruturas sociais não são vontade de Deus, mas até vão contra ela no momento em que pisam e aniquilam vidas humanas — mais propriamente no momento em que por causa delas alguns homens pisam mesmo inconscientemente sobre a vida de outros.

A pobreza é uma "tribulação", um escândalo, um flagelo, não uma virtude. Mas a "tribulação produz a constância, esta produz a virtude a toda prova e esta, a esperança que não será decepcionada" (Rom 5, 3-4).

Cabe, portanto, concluir que também aqui o pobre leva vantagem, porque está mais perto da virtude provada. Tanto mais que à raiz de sua tribulação está o processo social que enche os ricos de bens e despede os pobres sem nada. Esta vantagem é sublinhada por um fato antropológico profundíssimo, a que damos o nome de 'religiosidade popular', ou até de superstição... Em sua tribulação o rico recorre antes aos meios que lhe possibilita a riqueza: cultura, medicina e remédios. Esgotados estes caminhos, o rico se vale também dos recursos típicos dos ambientes populares: a benzeção. Mas ele o faz escondido pelo dinheiro e até pelo disfarce, para separar-se cuidadosamente do pobre. Ele se vale magicamente do pobre, da mesma maneira como a magia deste procura se valer do poder de Deus.

Já o pobre só tem um caminho: o recurso a Deus — sem entrar no mérito dos meios que usa e do 'conceito' que tem de Deus. Mais uma vez a opção política pelo pobre se revela um ato que atinge o sentido mais profundo da vida. É um ato religioso, e como tal vem sendo reconhecido também por militantes políticos sinceros.

Finalmente, não é o 'assumir' a pobreza que faz do pobre um bem-aventurado — menos ainda que poderá introduzir na bem-aventurança eventuais ricos que 'assumam' a pobreza. Raiz da bem-aventurança num e noutro caso é a salvação e a justiça. Este é o critério de Jesus, ao escolher os bem-aventurados. Desta maneira, o lutar pela injustiça inclui a atitude de abraçar a condição de carente injustiçado.

Assumir a condição de pobre passa então a ser uma atitude geradora de esperança, quando significa sujeitar-se a uma transformação de vida, exigida 'pela escandalosa realidade dos desequilíbrios econômicos da América Latina' (1154). Assumir a pobreza quer dizer assumir a luta pela justiça, sujeitar-se a uma condição necessária a esta luta. A pobreza assumida passa a ser uma força de transformação, mola de uma mudança social que já não vai partir do princípio do lucro ou do poder, mas das necessidades objetivas do pobre, da maioria daqueles que constituem o 'povo'. Ela é um modelo de vida, de luta pela vida, pelo

qual construímos uma realidade nova e humana, humanizante. Ela torna-se então atributo do Reino enquanto este não se baseia na riqueza.

3.7. Conversão à justiça.

A conversão ao pobre é, pois, uma limpeza, purificação do que temos de mais íntimo. O coração era, para a mentalidade hebraica, a sede do conhecimento, o "lado de dentro" (Gên 6,5; 8,21; Sl 32,11; Mt 15,10; Lc 2, 35), e só quem tem a mente livre de pensamentos fixados no interesse de poder e riqueza pode ver a Deus. "Os puros de coração é que verão a Deus" (v. Mt 5,8). Assisti uma vez a um círculo bíblico de pessoas a quem conheço bastante bem. Uma senhora jovem, que nunca trabalhou numa fábrica e vive portanto exclusivamente o dia-a-dia de mãe de família pobre, entrou em discussão com um operário um pouco mais velho que ela, com mais de dez anos de fábrica. Ela dizia: "Eu acho que o operário tem direito a receber aquilo de que precisa para viver e sustentar a família". Ele respondia: "não, vai... o operário só pode receber se produz. O que produz mais tem direito a mais".

O critério da jovem mãe era a família, o sustento dos filhos, a saúde, a vida. O critério do operário era a produção, o lucro, a produtividade. O operário até identificava produtividade com inteligência. A justiça humana concebida pela mãe de família conservada 'intacta', pura de coração porque não assujeitada anos a fio ao bombardeamento ideológico de uma fábrica, colocava no centro dos critérios de julgamento o ser humano como família e vida. O operário, após anos de experimentação de mais nua e crua ideologia capitalista do sistema fabril, colocava ao centro dos critérios de justiça a produtividade, o lucro, e é só em nome e em vista do lucro que o capitalismo às vezes incentiva medidas de assistência à vida. Porque o operário bem-nutrido produz mais.

A pobreza concreta, histórica e política é, entretanto, um mal antievangélico e escandaloso. Por mais que a pobreza cristã assuma a condição de pobre para corrigir o processo, a pobreza concreta não passa sem mais a ser sinônimo de justiça e paz. A pobreza é filha da injustiça, irmã gêmea da guerra. Ela gera doenças, incapacidades, impossibilidades. Ela deforma milhões de "feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor, que nos questiona e interpela".

Será que este generalizado e escandaloso flagelo devastador e humilhante, que afeta sistematicamente e de maneira crescente a imensa maioria de nossos irmãos (30. 21. 28. 29 etc.) passa a ser 'cristã', fundamento de bem-aventurança, pelo simples fato de ser assumido por quem o sofre por necessidade histórica ou o abraça por decisão solidária? Estará neste ato e atitude da vontade humana a raiz de tão profunda mudança?

As bem-aventuranças nos dão outra pista. É sabido que as bem-aventuranças são, em última análise uma só, sob vários nomes. Cada

termo, porém, acentua um diferente aspecto da realidade abençoada por Jesus. É, aliás, nas bem-aventuranças que se funda a convicção cristã de que a abertura, a disponibilidade, a simplicidade, são valores evangélicos, característicos dos pobres. Entretanto elas não são causas, mas efeitos, por vezes inevitáveis da condição da pobreza — e da bem-aventurança. Onde está a raiz da bem-aventurança e delas?

Antes de tudo, os prêmios prometidos significam todos a salvação prometida pelo Pai, inaugurada em Cristo, realizada na força do Espírito. Isto quer dizer que o critério do qual Jesus parte é esta salvação, e nenhum outro. Quem recebe, como bem-aventurado, a promessa da salvação? Os pobres, os que lutam pela justiça, os construtores da paz, os cheios de misericórdia.

Assim, a bem-aventurança do pobre não é apenas a primeira, tanto em Mateus como em Lucas. Ela é o título de um texto que a desdobra, é uma tese a ser explicitada. É em função do pobre que são bem-aventurados os que constroem a paz na qual não haverá colizão de interesses de ricos contra empobrecidos. Bem-aventurados são os que se animam de misericórdia frente ao sofrimento que a luta impinge ao pobre.

Se há alguma verdade e beleza em dizer que o pobre está mais perto de Deus, que realiza valores evangélicos de disponibilidade, simplicidade e abertura, não é porque é carente e empobrecido, mas porque, sendo vítima expoliada, lhe falta aquilo que nos impede de chegar a Deus e de nos convertermos à justiça, como ao pobre: a riqueza e o poder. Eles fundamentam a injustiça, destroem a paz, provocam a misericórdia. A riqueza que julgamos meio necessário e eficaz de apostolado, que nos faculta uma dada cultura, nos refina os costumes e os gostos, esta é a parede espessa que o pobre não tem perante si.

No momento histórico que atravessamos, a riqueza é sinal histórico da injustiça, porque ela é o próprio fundamento da organização social. A justiça como tal não inclui nem exclui a riqueza. A riqueza de hoje ao invés, como processo de acumulação de bens e poder acaba por eliminar a justiça (327). O que contradiz historicamente este sistema social injusto é exatamente o pobre como agente, como sujeito histórico. Combater esta injustiça é portanto abraçar a causa do pobre. A conversão ao pobre é, pois, uma conversão à justiça. Converter-se ao pobre, o predileto de Deus, é colocar no centro o ser humano, para o qual Deus criou todas as coisas, em cuja realidade histórica Deus se encarnou. O abraçar a justiça antecipa — com a pobreza de despojamento — o ideal cristão da fraternidade universal em Deus.

Neste contexto é que precisamos meditar sobre três questões abertas, que correm o risco de nos jogar em angústia: Que fazer com o patrimônio que conseguimos com sacrifício, e que nos dá segurança e tranqüilidade — necessárias ao apostolado? Que fazer com as instituições através das quais exer-

cemos nossa atividade de evangelização? (escolas, hospitais, Igrejas...) Afinal de contas, somos ou não pobres? Que dizer de nosso 'voto de pobreza?'

Penso poder formular aqui, rapidamente, alguns pontos de partida para a reflexão sobre estes três pontos. Cada um requer uma discussão bem mais ampla, e concretizada para os vários casos.

Quanto ao patrimônio: não temos nem o direito de jogar pedra nos nossos antecessores, nem a obrigação de defendê-lo de unhas e dentes. Quando foi conquistado, era necessário e útil ao apostolado, mesmo sob o critério da justiça. O desenvolvimento histórico da sociedade — que não dependeu de nós — é que os torna ou inúteis, como os enormes conventos, seminários e noviciados vazios que conhecemos; ou então aproveitáveis quase unicamente por grupos de ricos que os alugam. A questão é reconhecer o processo histórico que aconteceu: se antes eram necessários, coerentes, justos, tais obras suntuárias, que produzem lucro, mesmo que este seja para a congregação. Nossa função será então — após este reconhecimento — tentar estabelecer um processo que estabeleça relações de justiça entre nós, donos do patrimônio, e os pobres, aplicando o princípio de João Paulo II: toda propriedade privada está sujeita a uma hipoteca social!

Quanto às escolas e demais meios de apostolado. Eles são instrumentos de apostolado, e é por isto que as fundamos e mantemos. Também aqui, trata-se de reconhecer o momento histórico de sua fundação, o papel histórico que desenvolveram, e as circunstâncias que as condicionam hoje. Para se manter uma escola decente hoje, é necessário organizá-la como um instrumento histórico-social válido dentro das regras do capitalismo. Isto acarreta dois processos: entramos na luta pela sobrevivência, na concorrência, e nos colocamos dentro da lógica que sustenta as instituições dentro do capitalismo: o lucro. Será possível fazer realmente apostolado e até mesmo educação dentro da lógica da concorrência e do lucro — como acumulação de bens?

Nossa saída é que as utilizamos como meios de apostolado. Acontece que os meios condicionam o agente. Principalmente os instrumentos sociais e históricos têm uma lógica própria que lhes condiciona a eficácia e a própria existência. Não é verdade que as nossas escolas acabam nos educando? principalmente porque o religioso passa o dia inteiro dentro da escola-convento, enquanto o aluno aí vem algumas horas por dia...

A proposta mais válida será o esforço de estabelecer um processo segundo o qual se estabeleçam relações de justiça, serviço de libertação, entre as comunidades religiosas que mantêm escolas e as comunidades de pobres a quem a escola se dirige. Que possibilidades temos de transformar as escolas em meios de exercício da conscientização que liberta, da conscientização como prática da libertação?

Finalmente, o voto de pobreza: até que ponto ele nos identifica

realmente com as pessoas que são pobres e vivem a pobreza? Até que ponto as condições de vida que ele nos torna possíveis nos aproximam do pobre, ou ao menos colocam realmente a serviço da libertação do pobre (e portanto também do rico, através do pobre)? Os distintivos do pobre são: carências, luta pela vida no trabalho e contacto com a matéria, luta pela humanização através da solidariedade. Nosso voto de pobreza nos faz assujeitarmo-nos à carência ou viver em abaundância — que é realmente a frugalidade? Nosso voto de pobreza nos confronta com a vida dura do trabalho, ou nos torna possível viver com uma folga que os pobres não experimentam hoje? Nosso voto de pobreza nos torna solidários com o pobre, ou nos afasta da sua luta pela conquista da dignidade humana?

4. A missão evangelizadora é de todo o povo de Deus. Parece-me ter vislumbrado assim o ápice do potencial evangelizador do pobre: o pobre denuncia a injustiça, anuncia a fraternidade.

"A missão evangelizadora é de todo povo de Deus. Esta é a sua vocação primordial, 'sua identidade mais profunda'. É a sua felicidade. O povo de Deus com todos os seus membros, instituições e planos existe para evangelizar. O dinamismo do Espírito de Pentecostes anima-o e envia-o a todos os povos" (348).

Lugar de predileção e função de primazia detém dentre este povo de Deus em marcha que é a Igreja, a plêiade humilde, simples, aberta e pura de coração, rude e tenaz, a quem o Espírito do Pai ensinou todas aquelas coisas que o Pai ocultou aos sábios e grandes (v. Mt 11,25).

Converter-se ao pobre é seguir os passos da sabedoria, é desvestir os paramentos vistosos da ciência e do poder, descascar-se da pretensão de ser o evangelizador, sentar-se em meio aos leigos — a leigos humildes e pobres, e escutar, dentre a palha esdrúxula que os meios de comunicação lhe jogaram sobre a língua, a voz do Espírito Santo que se depura e alevanta. É como diz Agostinho Preto, referindo-se à pastoral operária: "de repente fazer com que a homilia venha deles".

O primeiro momento da palavra é terrível — diz Hernani Fiori comentando Paulo Freire — é terrível. O primeiríssimo de todos criou o universo. A primeira palavra encarnada de Deus na História pôs um Rei em polvorosa, a consumação desta palavra provocou um cataclisma que rasgou a cortina, rompeu a separação entre o Sancta Sanctorum e o recinto aberto aos fiéis comuns. Ao sacudir o jugo da ideologia imposta pelo sistema da riqueza ou do poder, o pobre faz o mundo tremer:

"O senhor, deus dos deuses falou e convocou a terra, do nascer ao pôr do sol. À sua frente um fogo abrasador, e à sua volta a tempestade em fúria. Convida os céus, lá do alto, e a terra, para o julgamento contra o seu povo" (Sl 49, 1-4).

Ouvir a palavra de Deus no pobre, a palavra do Pobre, ser-nos-á terrível, será como uma convoca-

ção à terra que nos cubra, que nos enterre, que faça apodrecer e morrer, para nascer como a semente de trigo: "quem perder a sua vida por causa de mim — faminto, sedento, prisioneiro, nu e peregrino — encontrá-la-á" (veja Mc 8, 35; At 17, 22ss; Jo 12, 24 ss).

OPÇÃO PREFERENCIAL PELO POBRE
Subsídios para reflexão

1. Tendo em vista os nº 513, 516 e 29-39 de Puebla, como é que podemos definir a "pobreza latino-americana"?

2. Até que ponto o que nós religiosos fazemos presentemente vai de encontro ao "clamor dos pobres" (87-89)?

3. Que tipo de trabalho apostólico nós religiosos poderíamos vir a assumir para melhor atender ao "clamor dos pobres"?

4. O que fazemos hoje é fruto de decênios e séculos. A "escandalosa realidade" da AL exige de nós uma conversão pessoal e estrutural (29, 1134, **1154**). Que passos são possíveis hoje para que possamos realizar em nós essa conversão?

5. Como deveremos compreender a "pobreza religiosa" à luz da "pobreza latino-americana" e da conversão exigida pela realidade?

COMUNICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

1

Experiência da Fraternidade Agostiniana,
Rua Santa Maria Goretti, 85. Bairro: Barreiro.
Belo Rorizonte, Minas Gerais.
Casa de Formação: Filosofia, Agostinianos.

1. Dados gerais

Nossa experiência de VR inserida no meio do povo se refere especificamente à Formação, no período da Filosofia. E, portanto, dentro deste campo específico que nós temos algumas contribuições a dar.

Há sete anos atrás, nossa casa de formação estava num colégio no centro da cidade. Por causa de alguns problemas concretos, mas sobretudo, buscando um tipo de vida e de formação mais realista e próxima ao povo, optamos pela periferia. Compramos uma casa no Barreiro e assumimos o trabalho pastoral do mesmo bairro.

O Barreiro está situado no setor Industrial de BH. Os moradores são operários, na sua maioria metalúrgicos. O bairro tem os problemas comuns de qualquer bairro de periferia: falta de água, asfalto, esgotos, escolas, postos de saúde, banco, correio, lugares de lazer, etc. Atualmente o Barreiro é uma região com mais de 50.000 habitantes. O povo é religioso, dentro de uma religiosidade tradicional, mas muito aberto a qualquer iniciativa. No bairro há duas comunidades de Irmãs, uma delas, também de formação.

Com relação à nossa comunidade, normalmente somos dois padres e oito ou dez seminaristas. Os seminaristas, em geral, vêm dos grupos de jovens das comunidades e alguns do seminário menor. Estudam na Universidade Católica.

2. Pontos essenciais e originais da nossa experiência

Nossa experiência, por ser no campo da formação, tem características específicas. Não é uma co-

munidade já formada, definida. Está em período de busca e de opção de vida. Os membros que a integram não tem compromisso específico com a congregação (no sentido de que ninguém fez os votos). O noviciado é feito depois da Filosofia. Os jovens que chegam a nossa casa, pensam seriamente na VR e querem fazer uma experiência de vida fraterna.

Estamos situados na periferia. Isto faz com que a VR, seja vista desde outra perspectiva. Os votos adquirem um sentido concreto, e o povo, deixa de ser algo abstrato para se tornar pessoas concretas.

Temos como prioridade e preocupação fazer uma experiência de vida fraterna, dado que é isso o principal do carisma agostiniano.

Superamos na prática a dicotomia formador-formando. E a comunidade que decide a vida. O formador tem um papel concreto, mas não à margem ou por cima da comunidade.

A liturgia não é algo pré-estabelecido; vai surgindo a partir da vida e da problemática da comunidade: procuramos captar a situação do momento e celebrá-la. É bastante criativa. O centro da nossa oração é a Eucaristia, que celebramos várias vezes por semana.

Procuramos integrar na nossa vida 4 aspectos: estudo, trabalho, pastoral e vida em comunidade. Isto, nem sempre é fácil, sobretudo, com relação ao trabalho, pois nem sempre se encontra o tipo de trabalho que se adapta ao nosso sistema de vida.

A programação de vida é feita por todos. As tarefas comuns da casa são assumidas por todos: limpeza, compras, manutenção, mercado, etc.

Nem todos os seminaristas estudam Filosofia. Alguns entraram já na comunidade sendo estudantes de outro curso e continuam até terminá-lo.

A pastoral é programada em conjunto: padres, seminaristas, irmãs e líderes da comunidade. Nossa linha pastoral procura desenvolver três aspectos: participação e preparação dos leigos. Fazer um trabalho de evangelização partindo da religiosidade do povo, e assumindo a problemática, movimentos populares, criação de associações, denúncia de fatos concretos, colocação da infraestrutura ao serviço dos movimentos do povo.

1. Experiência da fraternidade agostiniana. Avanços, questionamentos e desafios

É um avanço estarmos na periferia. Temos como questionamento o fato de sermos mantidos pela Província. O que ganhamos com o nosso trabalho, não dá para cobrir as despezas. O desafio que se nos apresenta é conseguirmos a auto-sustentação. Isto exige mudar o ritmo e o estilo da formação, colocando o estudo em função do trabalho. E isto, ainda não está claro entre nós.

Percebemos que mesmo estando na periferia, nosso ritmo de vida é diferente do ritmo de vida do povo ou de um jovem do bairro. Os jovens do nosso bairro, estudam à noite e trabalham durante o dia. Somos diferentes: temos o dia para estudar. Isto nos coloca por cima do povo, e este, mesmo que não queiramos, nos olha de baixo para cima. De fato, estamos no meio do povo mas ainda não vivemos do jeito dele.

Os jovens que se sentem atraídos pela nossa comunidade são, em geral, de classe média, ou pelo menos, têm os problemas econômicos resolvidos. Isto faz com que os jovens do bairro se sintam longe: não se encontram no ambiente deles. O mundo é outro.

É um desafio descobrir a forma de integrar jovens operários, com jovens que estudam Filosofia. Será que o caminho é integrá-los? Será que é correto tirar o jovem operário do seu mundo e colocá-lo em outro que o afasta da sua classe? De fato, os jovens do nosso bairro vêem nossa comunidade como algo que não está ao alcance deles.

Ligado a este problema surge outra discussão ao redor do tema: religioso-sacerdote. Toda nossa formação está orientada para o sacerdócio, e isto começa a ser questionado por alguns seminaristas. Por que um operário não pode fazer uma experiência de VR em fraternidade sem ter que seguir o esquema de Filosofia, teologia? Hoje os jovens estamos descobrindo o valor do ser religioso. A nível de província surge problema quando alguém não quer se ordenar. Pensa-se que algo grave deve estar acontecendo com ele.

Nossa comunidade está sempre em rodízio: depois de três anos os seminaristas saem para continuar a teologia no Rio. Dá a impressão de estar sempre começando, sem levar adiante um projeto concreto.

Em termos de Província, sentimos que se confia na formação que temos; só que as obras existentes não respondem à linha da formação. Isto vai criar sérios problemas no futuro: os seminaristas de hoje não estão dispostos a assumir certas obras da província, sobretudo os colégios e as paróquias de centro de cidade.

Nossa formação está caindo um pouco no "meramente experiencial", sem ter pontos de referência claros. Isto leva freqüentemente a "fazer aquilo que mais agrada e que custa menos". Em termos pastorais também acontece isso.

É um desafio encontrar a forma de abrir nossas comunidades para o povo. Criar uma forma de vida onde possam se integrar os seminaristas, os jovens do bairro, os padres, etc.

O fato de estarmos na periferia nos coloca em contato com todos os movimentos de base: sindicatos, movimentos populares, etc. Para muitos dos seminaristas é um problema conseguir viver tudo isto dentro de uma espiritualidade própria. Ainda existe muita dicotomia: sacro-profano; oração-ação, etc. O desafio é este: como integrar os dois aspectos da mesma realidade: oração e compromisso político, sem que um esvazie o outro?

2

Padres Combonianos
Sociedade do Sagrado Coração de Jesus
Filhas da Caridade

Desde que a. CRB Nacional nos pediu analisar nossa vida comprometida com o povo, resolvemos trabalhar em conjunto, algumas comunidades, uma masculina e duas femininas, que vivemos a mesma realidade e estamos unidas a serviço da pastoral popular de nossa Igreja, a Igreja de Vitória, Espírito Santo. Assim esta pequena contribuição não é de uma comunidade, mas procura refletir a busca e o caminho que vivemos aqui.

1. Pontos essenciais e originais da nossa vida no meio do povo

Motivação-Fé: Partimos para uma inserção no meio do povo por fé.

É uma exigência do Evangelho para vivermos mais concretamente o seguimento de Cristo, Ele mesmo pobre, entregue à causa do pobre. É ainda para nós, um apelo forte da Igreja no Continente Latino-Americano onde o conflito é gritante! Como motivação marcante salienta-se também a nossa reflexão e a análise da realidade. Evangelho e História nos ensinam que só o povo oprimido procura, como classe, o MUNDO NOVO.

Nossa "vinda para o meio do povo" se deu depois de muitos anos de serviço à classe média, em colégios católicos. Verificamos, e com muito esforço, era apenas sensibilizar pessoas, despertar consciências, mas nunca provocar uma revirada de vida, nem favorecer à mudança de estruturas num mundo injusto.

Nossa opção de fé, nossa re-leitura do Evangelho, a cada dia nos convida a uma solidariedade concreta com o povo, vivendo perto, compartilhando dores, alegrias, trabalhando junto em vista de sua libertação. Cremos que vivendo no meio do povo tecemos juntos, lentamente, o Reino de Deus: não pretendemos "evangelizar", mas experimentamos um processo de evangelização. Nas comunidades eclesiais colaboramos na evangelização e somos continuamente evangelizados pelos pobres.

Inserção-convivência: Moramos em bairros de periferia. Nossas casas são barracos de madeiras. Nossos vizinhos são em geral operários, biscateiros, empregados de outros setores. A maioria vive com o salário mínimo. Procuramos viver um estilo de vida bem simples quanto à moradia, alimentação, serviços em casa, e "sofremos" algumas das dificuldades de nossos bairros — falta de água, problema de transportes, etc. Com nossos vizinhos nos relacionamos a nível de amizade, de fraternidade.

Inserção-Pastoral: Além de crermos na presença eficaz no meio do povo, cremos que não nos basta es-

tarmos aí presentes, sem um trabalho concreto em vista da libertação deste povo. Todas nós trabalhamos em Comunidades Eclesiais de Base, com grupos de reflexão, de conscientização, etc. Procuramos estar sempre inseridas nas pistas da nossa Igreja local, servindo-nos de uma pedagogia que nos ajuda a colaborarmos nas comunidades, acompanharmos os animadores, assessorarmos os diferentes grupos, mas não sermos nós os sujeitos da comunidade.

Espiritualidade: Sentimos que devido à mudança de lugar social, que influi radicalmente em nossa vida, estamos re-aprendendo a rezar, pessoal e comunitariamente. Valorizamos a oração como fundamental em nossa vida.

Rezamos pessoal e comunitariamente, e rezamos com outros grupos e fraternidades religiosas, que vivem como a gente. Também com grupos de leigos que têm opção semelhante. Há 2 anos estamos nos reunindo mensalmente, para uma tarde de oração: grupo misto, formado por pessoas engajadas na pastoral popular: leigos, solteiros e casados, religiosos, padres e o bispo. É um dia de reabastecimento para nossa fé e nossa opção. Mais uma vez tentamos re-aprender a rezar, nossa fé e nossa opção. Mais uma espiritualidade que acompanhe nossa prática. Assim, ENSAIAMOS uma espiritualidade libertadora.

Rezamos muito com o povo que se reúne nas Comunidades, participando de seus cultos, de suas orações nas casas de suas assembléias. A oração do povo alimenta nossa vida!

Nossa visão dos votos: O sentido profundo de nossa consagração é o serviço à libertação do povo. Nossos votos são promessas de disponibilidade, de abertura, para buscarmos a justiça junto com nossos irmãos. Percebemos que o contato com o povo muda nossa visão do mundo, nossos supostos valores, e nos arranca para novos despojamentos. Percebemos que nossa maneira de vivenciar nossos votos está mais ligada à solidariedade, à gratuidade, fidelidade ao Pai e aos irmãos. Obediência, Castidade, Pobreza em função de uma consagração a Deus e aos irmãos. Nossos votos nos ajudam a não nos deixarmos dividir — nem no coração, nem na mentalidade, nem na ação. Não investir tempo, nem dinheiro em coisas contrárias ao bem comum do povo. Não prender o processo de libertação a nós: acreditar nos missionários do próprio povo é aprender com eles.

Vida Fraterna: Para nós é fundamental a vida em comunidade. Comunidade que se reúne na fé, com objetivos comuns. O projeto de vida comunitária, a nosso ver, existe em função da missão, dos irmãos. O pólo de nossa atenção é, pois, o povo. Sentimos que nossa vida e opção exigem compromisso de um grupo fraterno, comunhão de objetivos.

Mais ainda, sentimos que nossa vida fraterna se enriquece, se abre e se abastece na medida que alargamos nossa fraternidade para além dos limites internos de nossa pequena comunidade.

Engajamento Eclesial: A Igreja de Vitória nos ajuda a viver nossa opção pelo povo. Sentimo-nos comprometidos com o processo eclesial que aqui se desenrola e trabalhamos em equipes de serviço, com vários agentes pastorais em vista de um trabalho conjunto. Para nós, o engajamento eclesial é fundamental e isso nos ajuda a ultrapassar particularidades ou trabalhos individuais. A opção fundamental de nossa Igreja local pelo povo é um contínuo questionamento e impulso para nossos grupos.

A própria Igreja de Vitória, como Igreja, nos ajuda na espiritualidade, na vivência da missão. Como Igreja caminhamos unidos e nos sentimos mais fortalecidos.

Avanços — Desafios. Questionamentos

Nossa própria prática e nossa vida no meio do povo vai nos conduzindo, nos questionando e desafiando nossa fé.

Tudo é graça!

Fé e Política: Já dissemos ser fundamental nossa opção de fé. Percebemos, no dia a dia, que nossa fé não pode ser desencarnada, nem neutra. Vivemos numa sociedade capitalista onde há exploradores e explorados. Existem pobres porque existem ricos. (O próprio João Paulo II disse isso no México). Nossa opção de fé nos leva a uma postura na sociedade em que vivemos. Somos obrigados a escolher o lado que queremos estar. Quando falamos em povo, entendemos a classe empobrecida pelo sistema que enriquece a uns poucos, em detrimento de uma esmagadora maioria. São as camadas populares, os assalariados, os operários do campo e da cidade.

Nossa fé nos leva a optar por essa classe e trabalhar em vista de sua libertação. Libertação do Homem total que exige etapas e todo um processo. A Bíblia nos alimenta nessa fé pela causa da libertação. A análise da realidade nos ajuda a questionar nosso trabalho.

Crítica-a u t o-crítica-processo de avaliação: Questionamos nossa vida e nosso trabalho nos nossos grupos comunitários, junto a outros grupos de igual opção, junto à vida dura do povo. Procuramos ter como referencial para nossas avaliações a própria vida do povo! Isto muito nos ajuda e relativiza muitas coisas.

Trabalho com leigos-inserção: Pelo fato de morarmos onde moramos, de trabalharmos, participando de equipes de grupos heterogêneos, verificamos que muito aprendemos e somos convidados a mudar muita coisa em nossa vida. Constatamos também que vamos perdendo privilégios, o **status** social que nos distanciava do povo. Como conseqüência de nossa opção, verificamos uma inserção crescente no meio do povo e um descompromisso com a classe dominante, o que às vezes não é bem entendido e bem visto por alguns.

Igreja e congregação: Já afirmamos nosso engajamento na Igreja local. Trabalhamos com grupos de comunidades diferentes, com os mesmos objetivos, numa grande unidade e num confronto fraterno. Não sentimos nenhuma dificuldade em trabalhar com grupos de congrega-

ções diferentes, pois sentimos que o que nos liga mesmo é a causa do povo e o trabalho eclesial que fazemos.

Reconhecemos que nossa opção está em sintonia e coerência com as linhas prioritárias de nossas Congregações. Em geral nós nos sentimos apoiadas por nossas Congregações, apesar de sentirmos também por parte de algumas pessoas, certos desconcertos em relação às nossas opções.

Sentimo-nos comprometidas também com o processo de nossas congregações, que nos oferecem fundamentos profundos para sermos mais coerentes com o que Fundadores e Capítulos pedem hoje para a vida religiosa. Reconhecemos ainda uma vez, a grande ajuda que nos vem da Igreja local. Por amá-la e nos sentirmos membros dessa Igreja a serviço do povo, é que aspiramos ainda maior coerência dessa Igreja de Vitória, ao lado do povo, em seu papel profético, e de despojamento.

Re-leitura da Bíblia: Por fé, por opção, por causa da mudança de lugar social, sentimos necessidade de uma constante re-leitura do Evangelho e de toda a Bíblia. Procuramos fazer isso no dia a dia, em nosso contato com o povo, participando de diferentes equipes em nossa pastoral. Uma re-leitura a partir do oprimido vai nos iluminar e alimentar sempre mais nossa fé, nosso dinamismo. Um passo vai se dando: também as dicotomias vão sendo superadas...

A re-leitura da nossa História dos acontecimentos, vai sendo feita também a partir do pequeno. Sentimos que isto unifica nossa vida nos une a outros grupos, e clareia a opção que se define pela pratica pela mentalidade, pelas aspirações.

PUEBLA FALA DA VIDA RELIGIOSA (IV)

2.2. Critérios

a) O desígnio de Deus

739 A vida consagrada, arraigada desde os primórdios nos povos da América Latina, é um dom que o Espírito concede sem cessar à sua Igreja como "meio privilegiado de evangelização eficaz" (EN 69).

740 O Pai, ao propor-se libertar nossa história do pecado, germe de indignidade e morte, elege, em seu Filho, mediante o Espírito, mulheres e homens batizados, para um seguimento radical de Jesus Cristo dentro da Igreja.

741 E como a Igreja universal se realiza nas Igrejas particulares, nestas se concretiza, para a vida consagrada, a relação de comunidade vital e compromisso eclesial evangelizador. Com elas, os consagrados partilham as fadigas, os sofrimentos, as alegrias e esperanças da construção do Reino e nelas empenham as riquezas de seus carismas particulares, como dom do Espírito evangelizador. Nas Igrejas particulares encontram seus irmãos presididos pelo bispo, a quem "compete o ministério de discernir e harmonizar" (MR 6).

b) Chamados ao seguimento radical de Cristo

742 Chamados pelo Senhor, comprometem-se a segui-lo radicalmente, identificando-se com Ele "a partir das bem-aventuranças", como salientou o Papa: "Não esqueçais nunca que, para manter clara a noção do valor de vossa vida consagrada, precisareis duma profunda visão de fé, que se alimenta e conserva com a oração. A mesma oração vos fará superar qualquer incerteza acerca da vossa própria identidade e vos manterá fiéis a essa dimensão vertical que é essencial para vos identificar com Cristo segundo as bem-aventuranças e para serdes testemunhas autênticas do Reino de Deus perante os homens do mundo atual" (João Paulo II, **Alocução Religiosas**, 4 — AAS, LXXI, p. 178).

Observação: O texto oficial do Documento de Puebla "A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina", tem 1310 números. Destes, 55 estão reservados à Vida Consagrada. Começa no número 721 e termina em 775. Aos poucos, transcreveremos, **ipsis litteris**, estes números. Será preciso ler e reler para surpreender os sentidos subjacentes destas linhas.